

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

MARIA DORNELLES DE ARAUJO RIBEIRO

**“Anões crescidos” e seus “corações de papel reciclável”: tecendo a
socioeducação com as linhas da psicanálise**

Porto Alegre
2017

MARIA DORNELLES DE ARAUJO RIBEIRO

“Anões crescidos” e seus “corações de papel reciclável”: tecendo a socioeducação com as linhas da psicanálise

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura.

Área de concentração: Psicanálise: inconsciente e clínica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Djambolakdjian Torossian.

Porto Alegre

2017

MARIA DORNELLES DE ARAUJO RIBEIRO

“Anões crescidos” e seus “corações de papel reciclável”: tecendo a socioeducação com as linhas da psicanálise

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Djambolakdjian Torossian.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Andréa Maris Campos Guerra
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Prof.^a Dr.^a Lilian Rodrigues da Cruz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

Prof.^a Dr.^a Simone Zanon Moschen
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura

Para Vini, Bruno, Luís, Alex, Willian, Jeferson,
Gabriel, Maicon, Ariel, e outros...

E a todos os trabalhadores da rede que acreditam
na socioeducação.

AGRADECIMENTOS

O paradoxo do mestrado é que escrever uma dissertação parece a coisa mais solitária do mundo, e ao mesmo tempo, essa dissertação é escrita a várias mãos, graças ao apoio, à companhia e à torcida de muitos.

A cada conquista agradeço à minha família, em especial aos meus pais Niura e Paulo Odone e meu irmão Sebastião, responsáveis por quem hoje sou, pelo apoio incondicional.

Ao meu companheiro Paulo Sérgio, pelo apoio e estímulo, pela presença amorosa, cuidadosa e musical.

Às colegas e eternas amigas Alice DeMarchi, pela inspiração, Alice Faria, pelo suporte, Camila Noguez, por me incentivar a desbravar novos caminhos, Maria Campos, por descomplicar, e Paula Goldmeier, pela generosidade. À Helena Rocha, pela amizade e pelo *abstract*; à Rebeca, pela presença mesmo distante.

À Sandra Torossian, por ter acolhido a mim e ao Vini desde o primeiro encontro, pela orientação atenta e precisa, e pelos afetos que cativam.

Aos colegas do grupo de pesquisa da Sandra (Marina, Aline, Yanisa, Carolina, Laura, Nei, Eduardo, e Marcos) e também aos do grupo da professora Ana Maria Gageiro (Helena, Mônica, e Marina), pelas contribuições e por tornarem esse percurso menos solitário.

Ao PPG Psicanálise, do qual com honra e alegria componho a Turma 1 (fratria que torna este percurso mais leve e mais alegre). Aos professores, em especial os que me acompanham desde a graduação; à incansável Fernanda da secretaria; e aos colegas, em especial Marisa Baptista, Ariane, Liege e Priscilla.

Às professoras Andréa Guerra, Lilian Cruz e Simone Moschen, pelo suporte teórico e pela leitura atenta.

Aos alunos do Seminário de Psicanálise do primeiro semestre de 2016, pela acolhida em minha prática de docência, bem como aos das turmas de especialização da Clínica da UFRGS.

E por falar em Clínica da UFRGS, agradeço ao GT Adolescência, Álcool e Drogas.

Ao grupo de estudos sobre Adolescência e Intervenções no Social da APPOA, sob coordenação de Angela Becker e Ieda Prates, no qual me instrumentalizei e me encorajei para o Mestrado.

À Carolina Beck e ao Alexandre Onzi, pela amizade e atuação inspiradora no campo das políticas públicas e da socioeducação; e a todos os colegas do POD Socioeducativo por me ensinarem e me *suportarem*.

À Fundação Pão dos Pobres, pela oportunidade, e ao João Rocha, pela incansável retaguarda.

À equipe do Ação Rua, por reafirmar cotidianamente a potência da aposta no sujeito na atuação em políticas públicas.

E aos adolescentes, por terem me permitido acompanhar sua caminhada, e pelo tanto que me ensinam.

Muito obrigada!

RESUMO

Ribeiro, Maria D. A. (2017). *“Anões crescidos” e seus “corações de papel reciclável”*: *tecendo a socioeducação com as linhas da psicanálise*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa se desenvolve no âmbito de uma política pública de assistência social voltada ao acompanhamento de adolescentes egressos do sistema socioeducativo do Rio Grande do Sul, o Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo. O caso emblemático de um adolescente que escolheu a rua como moradia, e fez da escrita em seu blog uma saída subjetiva, motivou esta pesquisa. Esse adolescente, que assina seus escritos como Vini, tem sua trajetória marcada por encontros e desencontros com o Outro. O desencontro entre as possibilidades dos sujeitos que acessam a política pública de socioeducação e as exigências e condicionamentos da mesma instigou-nos a escrever sobre os questionamentos emergentes da escuta dos sujeitos, encontrando, na psicanálise, uma direção a seguir. Ao longo do processo de escrita-pesquisa, fez-se necessário problematizar a expressão “adolescente em conflito com a lei”, o que conduziu à exploração do conceito de adolescência na história da socioeducação e nos textos da lei. Este estudo tem como método a construção de caso, e, como referencial teórico, a psicanálise. A escolha pelo referencial psicanalítico é uma aposta na potencialidade do sujeito. Portanto, é na via do reconhecimento e construção do desejo que se propõe este trabalho. Na perspectiva da psicanálise, a construção do caso implica o desejo daquele que escuta, buscando a elaboração de um saber não apenas na direção da historização do sujeito, mas também da interrogação da teoria. A construção do caso levou à problematização do conceito de adolescência na contemporaneidade. O conceito de classe da *ralé*, tomado da sociologia, foi relacionado a essa clínica que se dá em contextos sociais críticos, na qual o psicanalista é convocado a assumir uma postura ética e política. A partir daí, buscamos o que se tem produzido sobre o trabalho do psicanalista nas políticas públicas, em especial no âmbito da socioeducação. Ao final deste estudo, provocamos outros modos de fazer e avaliar políticas públicas de socioeducação, em que se escute mais o adolescente, dando lugar à transferência, e menos a Medida Socioeducativa. Pois é na transferência que se abre espaço para o sujeito advir, espaço para mudanças. Finalmente sustentamos a tese de que há encontros nos desencontros. Essa perspectiva possibilita a construção de ancoragens mais acolhedoras no Outro.

Palavras-chave: Psicanálise. Adolescência. Socioeducação. Pobreza. Dispositivos clínicos.

ABSTRACT

Ribeiro, Maria D. A. (2017). *“Grown dwarves” and their “recyclable paper hearts”*: sewing socioeducation with the threads of psychoanalysis. Thesis (Master), Institute of Psychology, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

This research is developed in the context of a public policy for adolescents who have responded for infraction in a socio-educational institution, a program called “Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo” (socio-educational program of opportunities and rights), in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The emblematic case of an adolescent, who had chosen to live on the streets and found a subjective exit by writing his own blog, has motivated this research. This teenager signs his writings on the blog as Vini, and his life is underlined by “comings and goings” with the Other. These “goings” between the subjective possibilities of the adolescents, who go through socio-educational programs, and the demands of those programs, inspired us to write about the questionings that emerge as we listen to these adolescents. We found in psychoanalysis a direction to follow. During the process of writing-researching, it became necessary to problematize the expression “adolescent in conflict with the law”, which guided to the study of the concept of adolescence in socio-education history and in specific laws. As a method, this research uses the case construction, and as theoretical reference, the psychoanalysis. We chose psychoanalysis since we believe in the potential of the subject. Therefore, this study aims at the recognition of desire and construction of the desiring subject. In psychoanalysis, the case construction implies the desire of the one who listens, seeking for a knowledge not only to historicize, but also to question the theory. The case construction in this research allowed us to contest the concept of adolescence in psychoanalysis itself. We also related the clinical activity in critical social contexts to the sociological concept of “ralé”. The psychoanalyst must assume an ethical and political position when working in these social contexts. This research also goes through what has been published about psychoanalysis in critical social contexts, especially in the socio-educational area. In the end, we suggest other ways to make and evaluate socio-educational programs, in order to offer adolescents more listening in transference and less prescription of the measure. We found that in transference the desiring subject can arise, thus real change becomes possible. Finally, we support the thesis that there are “comings” in the “goings”. This perspective enables the construction of more supportive means of anchoring in the Other.

Keywords: Psychoanalysis. Adolescence. Socioeducation. Poverty. Clinical disposals.

SUMÁRIO

1	TECENDO A SOCIOEDUCAÇÃO COM AS LINHAS DA PSICANÁLISE	10
2	ESCREVER É PRECISO, TESTEMUNHO E CONSTRUÇÃO DO CASO	16
2.1	Da necessidade de escrever	16
2.2	Escolho ficar e escutar	17
2.3	“Uma ficção não fictícia”: a construção do caso	19
3	ADOLESCENTE, SUJEITO DE DIREITOS E DE DEVERES	23
4	RÁDIO 1.4.9. ICARAÍ TAQUARI	36
4.1	“Coração de papel reciclável”: transferência e escuta	36
4.2	O desejo de morrer e a busca por um lugar no social: a passagem adolescente	41
4.3	As linhas da psicanálise: adolescente, sujeito de direitos e de desejo	45
4.4	Rádio 1.4.9. Icarai Taquari: o sujeito do blog	54
4.5	Desdobrando o tecido social: a classe da ralé	63
4.6	“Na vida louca não se tem carinho”: a vontade incondicional de viver	68
5	HÁ ENCONTROS NOS DESENCONTROS	72
	REFERÊNCIAS	78

1 TECENDO A SOCIOEDUCAÇÃO COM AS LINHAS DA PSICANÁLISE

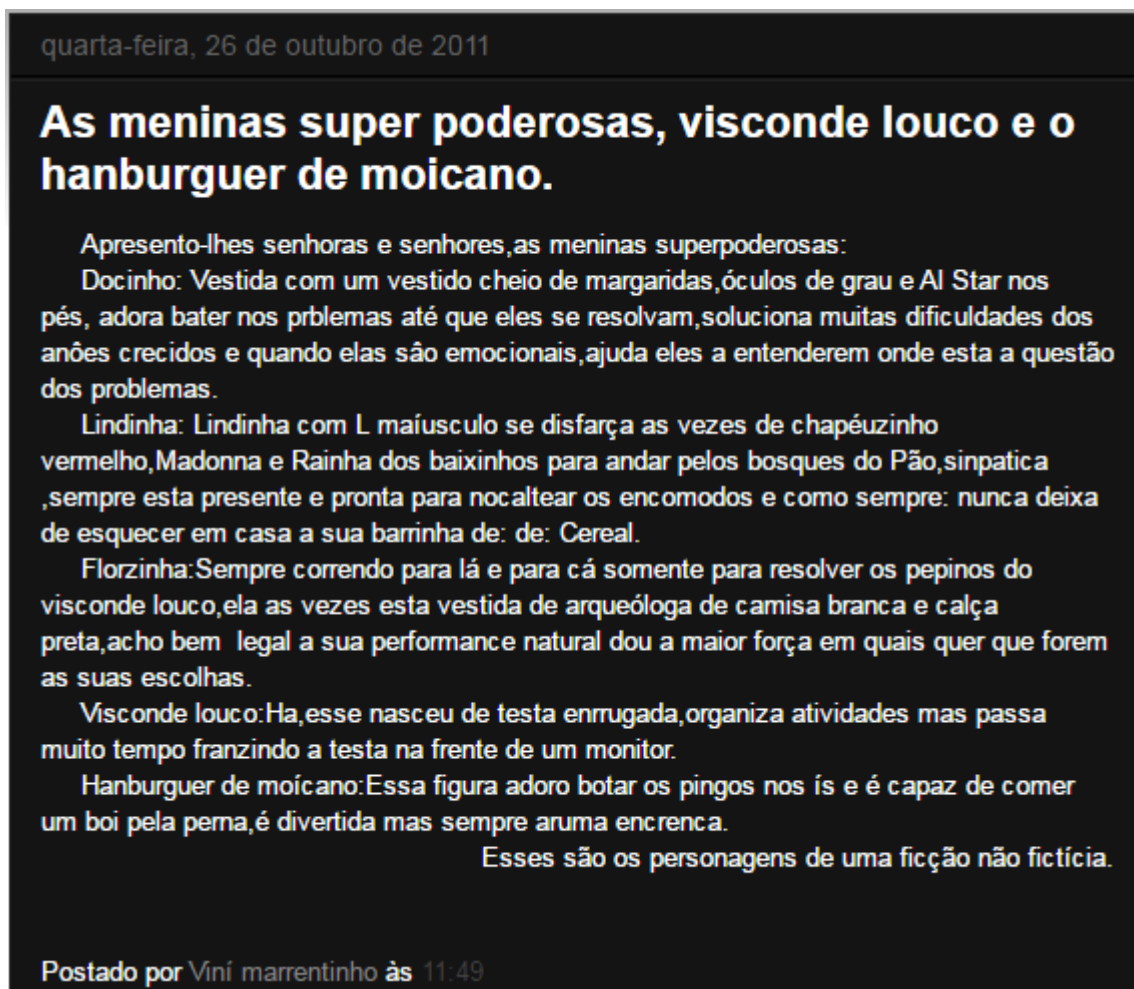


Figura 1. Blog do Vini, em postagem do dia 26 de outubro de 2011¹

Bater nos problemas até que eles se resolvam; solucionar dificuldades de adolescentes que não são nem crianças, nem adultos, mas *anões crescidos*; ajudá-los a entender *onde está a questão* dos problemas: seriam essas as atribuições do psicólogo, numa política pública voltada para adolescentes em conflito com a lei? Como oferecer uma escuta clínica que dê espaço para o sujeito advir, diante da urgência da condição de pobreza e desamparo do sujeito e dos atravessamentos institucionais? Como respeitar o tempo do sujeito, quando o tempo cronológico da política se impõe? O desencontro entre as possibilidades dos sujeitos que acessam

¹ Texto publicado por Vini, adolescente atendido no Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo, o qual assina seus escritos sob esse codinome. Todas as imagens apresentadas nesta dissertação são recortes do blog criado por Vini durante os atendimentos. Fonte: <<http://www.cvinicius394.blogspot.com.br/2011/10/as-meninas-super-poderosas-visconde.html>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

determinada política pública e as exigências e condicionamentos da mesma instigou-me a escrever sobre tais questionamentos, encontrando, na psicanálise, uma direção a seguir.

O presente estudo parte de atendimentos realizados no âmbito de um programa socioeducativo que compõe uma política pública de Assistência Social voltada para adolescentes em conflito com a lei que tenham terminado de cumprir medida socioeducativa de internação ou semiliberdade. Esta política pública constitui-se no Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo, o qual tem abrangência estadual. Para fins desta pesquisa, será considerada uma das unidades executoras do mesmo na comarca de Porto Alegre e região metropolitana, a Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio (Pão dos Pobres).

Após o 25º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o problema da violência urbana e das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social ainda atordoam governantes e habitantes dos centros urbanos. A Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 2002 – somente 12 anos após a publicação do ECA –, enfrenta dificuldades históricas, agravadas pelo crescente número de adolescentes internos. A instituição tem histórico de superlotação em suas unidades, sendo esta a realidade, atualmente, em nove de suas 14 unidades.² Uma das falhas observadas no atendimento socioeducativo em 2009, quando foi implementado o programa de acompanhamento de egressos (POD Socioeducativo), era um alto índice de reincidência em ato infracional com conseqüente retorno à instituição, atribuído à falta de um acompanhamento após a medida de internação. O Programa RS Socioeducativo foi então implementado no Rio Grande do Sul como Lei Estadual em janeiro de 2009 com o objetivo de diminuir a reincidência no ato infracional. Tornou-se POD RS Socioeducativo (POD Socioeducativo) a partir da Lei estadual n. 14.228, de 15 de abril de 2013.

As inquietudes que dão origem a esta pesquisa dão-se no contexto do Eixo II desse Programa, qual seja, “Inserção Social, no Mundo do Trabalho e Acompanhamento Escolar de Adolescentes Egressos da FASE”. Cabe salientar que se trata de um programa estadual executado por instituições não governamentais conveniadas. Em Porto Alegre, uma das entidades executoras do Programa é a

² De acordo com informações do site oficial da instituição: <<http://www.fase.rs.gov.br/wp/populacao-diaria/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, na qual exerci a função de psicóloga. Na execução de minhas atribuições como psicóloga do Programa, sempre busquei espaço para oferecer aos adolescentes minha escuta, seguindo os princípios da psicanálise.

Não há como falar daquela experiência sem mencionar Vini,³ o primeiro adolescente a desafiar nosso modo de trabalhar e as normas do Programa. Ao longo dos quatro anos em que atuei nesse programa, mais de 400 adolescentes foram atendidos pela minha equipe. Embora todos tenham em comum a Medida Socioeducativa (MSE) de internação por prática de ato infracional e a origem humilde, alguns me marcaram sobremaneira, tanto pelo tempo que permaneceram em acompanhamento (o que permite um vínculo maior e uma melhor percepção dos processos pelos quais passam), quanto pelos questionamentos que suscitaram na equipe. Vini foi um dos casos que permaneceu vinculado ao Programa por um período longo, que excedeu o tempo previsto de um ano. Ele só começou a receber a bolsa-auxílio oferecida pelo Programa após completar 18 anos, pois não tinha um responsável legal para abrir uma conta bancária, uma vez que evadiu do abrigo e não podia contar com seus pais. Esta foi apenas uma das particularidades do caso Vini que mobilizaram a equipe a criar e suportar uma proposta de atendimento diferente do pré-estabelecido.

A gestão do POD Socioeducativo estabelecia como objetivos e critérios de permanência no Programa: inserção e frequência escolar, inserção em curso profissionalizante ou de iniciação profissional, inserção em estágio ou emprego formal, e/ou frequência nas oficinas e atendimentos oferecidos pela equipe do Programa na Fundação Pão dos Pobres. Além desse eixo pedagógico, o Programa ainda previa acompanhamento familiar, coerente com as determinações judiciais geralmente expressas no Termo de Audiência de desligamento da FASE, de que o adolescente permanecesse com a família ou fosse encaminhado para acolhimento institucional (abrigo). Tais objetivos constituíam, também, os indicadores de sucesso do Programa, dos quais dependia sua continuidade (renovação do convênio) ou não. Entre a demanda dos sujeitos que atendíamos e a demanda que a política nos cobrava, questionávamos nosso trabalho, bem como a política socioeducativa.

³ Este não é seu nome real, tampouco um nome fictício atribuído por mim. É como ele assina o blog de onde foram extraídos os textos reproduzidos nesta dissertação.

Esses questionamentos sempre foram atravessados pelo desencontro entre as possibilidades que os adolescentes apresentavam, e as metas ou critérios de avaliação do programa por parte do governo. Esse desencontro deixava o trabalho da equipe e as histórias dos adolescentes na invisibilidade nos relatórios solicitados pela gestão do Programa, levando-nos a problematizar o papel de cada profissional e a própria política na qual o Programa se inseria. Desses questionamentos surgiu este estudo, centrado na clínica possível na socioeducação, entre a demanda do sujeito e a demanda da política. Nesse contexto, como pode operar a psicanálise? Conforme mencionado acima, meu trabalho no POD Socioeducativo sempre foi orientado pela psicanálise, e é a partir de seus fundamentos que busco desenvolver essas questões.

No capítulo a seguir, desenvolvo a abordagem metodológica usada, organizada em três aspectos: a necessidade da escrita, a função do testemunho, e a construção de caso. Considerando que na pesquisa psicanalítica o desejo do analista-pesquisador está em questão, mobiliza-me para esta pesquisa o desejo de dar visibilidade a essas vidas cujos percursos testemunhei. Na impossibilidade de abarcar todos os casos atendidos, escolhi Vini, o qual já ensaiava um testemunho próprio através de seus escritos. Em relação à política pública de socioeducação, desejo provocar uma reflexão acerca do que se espera dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo, partindo, para isso, da pergunta pelas possibilidades apresentadas pelos mesmos. Neste ponto situa-se a pergunta pela necessidade de utilizar ou não o predicado “em conflito com a lei” (ou infrator) ao nos referirmos ao adolescente da socioeducação, campo desta pesquisa. Tal questão nos levou a explorar o conceito de adolescência na história da socioeducação e nos textos da lei, bem como a explorar o que a psicanálise tem a dizer sobre adolescência, a partir das questões suscitadas na construção do caso de Vini.

E, uma vez que a prática que gerou este estudo deu-se no âmbito da socioeducação, me propus a investigar, neste campo, a partir da experiência com Vini, que possibilidades se abrem para os adolescentes nos espaços em que são atendidos. Que escuta é possível no âmbito das políticas públicas de socioeducação? A construção do caso de Vini levou a traçar e tecer os pontos de encontro e desencontro com o Outro que marcaram sua trajetória.

Parto da proposta de situar a psicanálise como uma direção possível no trabalho com adolescentes no campo da socioeducação, tomando a transferência

como conceito a ser desdobrado. Considero, para tanto, não apenas a transferência entre analista, aquele que escuta, e analisando, aquele que fala, mas as múltiplas transferências que atravessam o trabalho e a pesquisa, tais como: transferência com a instituição executora do Programa, transferência em relação à política pública, transferência com a universidade que acolheu o projeto desta dissertação, com a orientadora, e entre os colegas.

Optei por iniciar a escrita pela pesquisa da história da socioeducação, na qual se situa a história da infância e do conceito de adolescência na cultura e na política brasileira. Esta contextualização subsidia a construção do caso de Vini, a partir da qual desdobram-se as questões que dão origem a este estudo e outras perguntas que o caso impõe.

A construção do caso toma os escritos publicados por Vini em seu blog, intitulado “RÁDIO 1.4.9. ICARÁÍ TAQUARI”, como pontos de costura com o acompanhamento pelo Programa. Neste estudo, o momento inicial da passagem de Vini pelo Programa é dividido em duas partes: sua vinculação com a equipe, na qual a escuta é ofertada e o processo transferencial se inicia; e o seu flerte com a morte, traço do caso que chamou a atenção da equipe. Este é abordado a partir da postagem em que ele descreve sua primeira experiência com maconha, e explorado no contexto da passagem adolescente, introduzindo a revisão e problematização das produções psicanalíticas sobre a adolescência. São desdobrados o conceito de adolescência na psicanálise lacaniana, de Freud a Rassial, e as contribuições contemporâneas da psicanálise para o trabalho em políticas públicas, em especial com adolescentes, estejam estes “em conflito com a lei” ou não.

Voltando “as linhas da psicanálise” para Vini, retomamos a questão do desencontro – desencontro entre a proposta do programa socioeducativo e as demandas dos adolescentes, desencontros do sujeito adolescente Vini com o Outro na busca por seu lugar no social –, mas identificamos também pontos de encontro nos quais Vini busca ancorar-se em aspectos mais acolhedores do Outro.

Um evento marcante da passagem de Vini pelo Programa foi a reivindicação junto à Defensoria Pública de seu direito à moradia na residência de seu pai, de onde foi expulso após ter construído e mobiliado seu próprio quarto com o dinheiro da bolsa auxílio que recebia do Programa. Esse fato e o desabafo de Vini a respeito do mesmo no blog conduzem este estudo à relação dos adolescentes com a lei e a

noção de justiça, que não se dá de igual maneira na ralé e nas classes mais privilegiadas.

Nesse ponto, além da psicanálise, tomamos o conceito de classe da “ralé”, do sociólogo Jessé Souza (Souza, 2009), para refletir sobre o campo social no qual se situam a maior parte dos adolescentes que passam por instituições socioeducativas, entendendo que há um “destino de classe” a ser considerado no atendimento a essa população. O autor faz referência aos destinos de classe, e à “invisibilidade’ social, analítica e política do que chamamos provocativamente de ‘ralé’ estrutural brasileira” (Souza, 2009, p.122). Nesse ponto, são retomados os fios do capítulo sobre a história da socioeducação e do lugar da criança e do adolescente (pobres) nos discursos social e jurídico.

A partir da última postagem de Vini em seu blog, escrita quando ele já não estava vinculado formalmente ao Programa, percebe-se a sua mais importante virada subjetiva. Em seu texto, o adolescente revela o desejo incondicional de viver. A emergência desse desejo de vida em um sujeito adolescente que encontrava-se aplastado pela violência e o estigma, o qual até então inclinava-se a buscar a própria morte, revela um reposicionamento do sujeito no social. Contextualizando essa virada ao final de um processo de travessia da adolescência junto ao Programa e de trabalho da equipe junto a Vini, revela-se a validade do suporte oferecido e da aposta na escuta em transferência.

Entendendo a importância dessa virada de Vini, a qual foi possível porque a equipe optou em transgredir os critérios estipulados pelo Programa, resta uma interrogação à forma de fazer política pública socioeducativa. A socioeducação tem de dar espaço para que um sujeito desejante de vida possa advir, e isto não depende da escolarização e profissionalização, e sim da escuta e da acolhida. Para alguns adolescentes da ralé, a inserção escolar e no mercado de trabalho só será possível após algumas viradas subjetivas. Em meio a tantas dificuldades e desencontros, este estudo, inspirado pela trajetória de Vini, se encerra com um alento de esperança: há encontros nos desencontros!

2 ESCREVER É PRECISO, TESTEMUNHO E CONSTRUÇÃO DO CASO

2.1 Da necessidade de escrever

Escrever é iniciar uma aventura que não se sabe onde nos vai levar; ou melhor, que, depois de algum tempo, se saiba não ser mais possível abandonar.

Mário Osório Marques

Esta pesquisa nasce da necessidade de escrever. De escrever, especificamente, a experiência clínica de escutar e acompanhar adolescentes em um programa socioeducativo. Inicialmente, no entanto, não havia definição de questões, nem de formato, nem sequer do endereçamento de tal escrita. Foi a partir do processo mesmo de escrever, em diferentes espaços, que algumas perguntas se esboçaram, e o mestrado se apresentou como a melhor opção para acolher não apenas este escrito, mas as inquietações da experiência para as quais eu não encontrava palavras que pudessem dar contorno.

Marques (2006) destaca a importância do ato de escrever para os processos de pesquisa e aprendizagem, situando-o no começo do processo de pesquisa. “Começamos de fato a pesquisar quando começamos a escrever sobre um tema, assunto, hipótese, título – pouco importa.” (p. 95). Neste começo, o autor aponta para a necessidade de o “pesquisador-que-escreve” ter uma clara percepção do lugar social em que está situado (p. 23). Além do lugar social, eu destacaria, no caso da pesquisa em psicanálise, o lugar na transferência. A transferência interfere em como se escuta e interpreta o material clínico. O psicanalista que escreve sobre a experiência clínica é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da pesquisa. O ato de escrever produz, transforma e analisa o material clínico simultaneamente.

Mezan (1998) destaca que a escrita, para o psicanalista, pode ser um trajeto entre a sensação de clinicar e a experiência de viver a clínica. Suas funções primeiras são a catarse e a elaboração. O autor trabalha esta ideia a partir das palavras de Nicole Berry:

A escrita é a renovação desta experiência em que falo comigo mesma, antes de falar ao outro, antes de refletir utilmente. Ela é pôr confiança em mim mesma, luta

contra as perseguições internas que me imponho: críticas, racionalizações, recusa.
(p. 219)

A experiência de trabalhar no POD Socioeducativo foi instigante e apaixonante. O Programa, carregado de possibilidades, a relativa autonomia da instituição executora e da equipe para criar, e a liberdade em relação à forma de trabalhar, renderam-nos o apelido de “equipe do brilho no olhar”. Eis aí uma das marcas transferenciais importantes para a clínica e a escrita da clínica. Marques (2006) destaca que o tema de pesquisa deve ser “encarnação determinada e prática do desejo” (p. 94), ancorado na estrutura subjetiva e corporal do desejante. Segundo o autor: “Da experiência antecedente, dos anteriores saberes vistos como insuficientes e limitados nasce o desejo de conhecer mais e melhor a partir de um foco concentrado de atenções.” (p. 94).

Ancorada, portanto, no desejo de elaborar a experiência vivida e com ela aprender, minha escrita se serve de alguns norteadores, sendo a psicanálise sua principal direção. À função da escrita soma-se a função de testemunho, por isso escolho ficar e escutar.

2.2 Escolho ficar e escutar

Mas existe algo com a história, com a narrativa, que sempre estará presente. Não creio que um dia os homens se cansarão de contar ou ouvir histórias.

Jorge Luis Borges

Esta é uma pesquisa psicanalítica, que leva em conta o desejo da pesquisadora e as relações transferenciais – com o tema da pesquisa, com os sujeitos da pesquisa, com a orientadora e com os pares, bem como, com a instituição acadêmica em cujo programa de pós graduação a pesquisa será validada. O ponto de partida é a construção de um caso, o qual levou às problematizações que cercam os pontos de encontro e desencontro do adolescente em conflito com a lei com o Outro. Nesse contexto, observava-se, no início da pesquisa, um desencontro entre as possibilidades dos adolescentes, ou o que se

escuta destes, e as metas exigidas pelos programas socioeducativos, em especial o programa que é campo desta pesquisa, o POD Socioeducativo.

O desejo de dar visibilidade às tantas vidas invisíveis que tive a oportunidade de testemunhar orientou a escolha de trabalhar a partir de um caso. Gagnebin (2014) refere que testemunho não é apenas aquele que vê, mas aquele que leva adiante a narrativa do que viu.

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (p. 57)

Este é um ponto no qual a função do testemunho aproxima-se da clínica psicanalítica. A partir da escuta do sujeito abre-se a possibilidade de ele inventar o presente sem repetir o passado, sem ser engolfado pelo Outro, mas esboçando sua própria história.

O próprio sistema socioeducativo, especialmente as unidades de internação, pode ser algo muito violento para um adolescente, no Brasil. Mas é importante considerar, também, a história de vida de cada adolescente e o ambiente sociofamiliar de onde vem. São contextos onde a violência e a crueldade estão naturalizadas, daí a importância de uma escuta que testemunhe, e que possa gerar um estranhamento.

Somente a partir do testemunho, deste que escuta sem ir embora, e que leva adiante o relato na forma de narrativa para gerar o estranhamento, é possível romper com a lógica excludente construída ao longo da história. É também devolvendo a narrativa ao sujeito, como no processo de análise, na transferência, que se possibilita ao sujeito estranhar-se e fazer diferente, sem repetir as violências vividas e reproduzidas até o momento.

A contribuição de Gagnebin para este trabalho, relacionada à psicanálise, é, portanto, uma aposta no sentido de produzir outros caminhos que não o da naturalização da violência e higienização da cidade através da exclusão dos jovens *potencialmente perigosos* (Rosa & Vicentin, 2012).

2.3 “Uma ficção não fictícia”: a construção do caso

Para fins desta pesquisa, não me proponho a reproduzir com detalhes a história de vida do adolescente e todas as intervenções que tenham sido realizadas durante sua passagem pelo programa socioeducativo em questão. Para começar, trabalharei a partir do que decantou, em minha memória, dos atendimentos realizados e da experiência no Programa como um todo. Destacarei a trajetória de Vini e os escritos que a tornam marcante, com elementos que o diferenciam dos demais (desencontros) e outros que são comuns a vários outros adolescentes (encontros). A metodologia norteadora para tal é a da construção de caso, a partir da proposta de Ana Cristina Figueiredo.

Figueiredo (2004) propõe a construção do caso clínico como contribuição teórica e metodológica da psicanálise à psicopatologia e à psiquiatria, no âmbito das equipes multidisciplinares de saúde mental. A circunstância em que a autora desenvolve a construção de caso como método clínico exige uma linguagem que não se restrinja a psicanalistas, fator que nos permite tomá-lo emprestado ao campo da socioeducação. Na proposta de Figueiredo, a construção de caso é um trabalho em conjunto da equipe do serviço em que o sujeito está em tratamento. Sustenta-se sobre três binômios: História<->Caso; Supervisão<->Construção; e Conceitos<->Distinções. O caso é produto do que decanta do relato e do que é extraído das intervenções já realizadas. “Enfim, uma história deve se fazer caso para que se possa trabalhar em psicanálise” (Figueiredo, 2004, p. 80). Este é um ponto crucial para esta pesquisa, uma vez que o caso é trabalhado a partir de minhas memórias.

A Construção trata da reapropriação do saber pelo analista pesquisador, sendo este saber produto da discussão de caso (Figueiredo, 2004). Nesta pesquisa, este é o papel da escrita, cuja importância destacamos através das palavras de Marques. A partir do exercício de escrever a clínica, dá-se o tempo de compreender a experiência vivida, e chegar a um tempo de concluir. A dissertação opera, portanto, como construção, a partir do que decantou na memória do encontro com Vini no contexto do Programa.

E para que haja reapropriação do saber e aprendizado, ocorre uma relação com os conceitos psicanalíticos, os quais norteiam o trabalho. A respeito dos conceitos, Figueiredo (2004) afirma:

A psicanálise não é o efeito de um saber do Outro sobre uma história, e sim, o feliz encontro entre as ferramentas conceituais do analista [...] e as contingências de uma história, produzindo um caso, e na melhor das hipóteses, um novo sujeito. (p. 81)

Escrever um caso não é, portanto, aplicar a teoria psicanalítica ao material clínico, tampouco é função de um estudo clínico utilizar o caso como exemplo para a teoria pré-existente. A respeito do *estudo clínico*, Ricardo Rodulfo (2004) refere que este deve ser marcado pela *sinuosidade*, em oposição a uma “lógica” linear. O autor destaca que se trata não apenas de um *método*, mas de uma *atitude*. Do material clínico, diz Rodulfo, “não nos resta alternativa senão continuar desdobrando perguntas” (p. 32). A forma psicanalítica de processar materiais não é assimilável, segundo o autor, à aplicação de um molde sobre uma massa.

Em um contexto mais próximo do nosso campo de pesquisa (o da socioeducação), Rosa, Martins, Braga e Tatit (2013) abordam o caso clínico da seguinte maneira:

[...] o caso clínico como construção que inclui o analista, instigado em seu desejo na escuta do caso – sem escuta não há caso – e permite situar, numa escrita, mais do que uma história, uma posição para o sujeito na ficção fantasmática. (p. 77)

As autoras destacam três aspectos constituintes e enodados do caso clínico: a *marca do caso*; seu caráter de *construção*; e o efeito de *transmissão* em dupla direção. A marca do caso é um conceito desenvolvido por Dumézil (1989) que diz respeito ao “enigma em torno do qual a narrativa do analista é estruturada” (p. 26). A construção do caso passa pela sua narrativa, mas não é a narrativa linear dos fatos. Segundo Rosa et al. (2013), “Pode-se apontar a dimensão simbólica, imaginária e real da história do caso, que baliza a questão da realidade e verdade” (p. 79). Assim como pontuado por Figueiredo, mencionada acima, as autoras diferenciam *construção* de “narrativa linear” ou “historial”. É por isso que, para fins desta pesquisa, é possível tomar a construção de caso a partir das memórias da pesquisadora. Já a transmissão, é efeito da construção do caso e de sua escrita. As autoras referem-se à transmissão em duplo sentido, ou seja, ao escrever-se o caso, em caráter de construção, são retomados conceitos fundamentais da psicanálise, e novas propostas podem ser elaboradas. Transmissão que se dá, portanto, no aprendizado de quem escreve e na contribuição do escrito para futuras pesquisas.

A obra de Freud sustenta-se sobre sua atividade clínica, o que envolve a construção de casos. Em 1912, Freud (1912/2007a) publica um texto curto, mas preciso, dirigido a seus colegas médicos que quisessem aplicar o método psicanalítico em sua clínica. A primeira indicação é sobre a atenção flutuante. Ele explica que seria impossível registrar na memória todos os detalhes dos relatos de cada paciente, mas que tampouco é necessário, dispensando anotações. Ao esforçar-se por uma escuta atenta, diz Freud, necessariamente o analista irá selecionar elementos conforme suas expectativas, caracterizando uma escuta tendenciosa.

Quanto ao propósito de utilizar um caso clínico para uma publicação científica, Freud adverte que não sejam feitas anotações durante os atendimentos, pois isto afetaria o tratamento, e reforça dizendo que, para o leitor de artigos científicos psicanalíticos, não interessam histórias clínicas detalhadas, e sim a elaboração do analista sobre o material coletado.

Dadas essas considerações, podemos pensar a construção do caso clínico como a construção de um personagem, processo que inclui a subjetividade de quem escreve. Mezan (1998) refere que embora os relatos que fazemos sejam baseados em alguém que efetivamente atendemos, é impossível que lhes correspondam “ponto por ponto” (p. 240). Seja para preservar a identidade da pessoa, seja pela necessidade de selecionar (aspectos do caso a serem destacados), o resultado é uma construção análoga ao indivíduo real, um pouco como uma personagem de ficção. Tomando as palavras de Vini, poderíamos dizer que é “uma ficção não fictícia”.

Para a construção do caso trabalhado nesta pesquisa, foram consideradas as memórias da pesquisadora, referentes a atendimentos cujo acompanhamento já foi encerrado. O principal sujeito em análise, em todos os casos, sou eu mesma (a pesquisadora), uma vez que a análise se dá a partir das relações transferenciais. Como não realizei nenhuma entrevista ou pesquisa documental em prontuário, não foi necessário nenhum termo de consentimento informado, nem do adolescente, nem da instituição (Fundação Pão dos Pobres).

O caso de Vini tem uma particularidade: o acesso às suas próprias palavras, publicadas no ambiente virtual de um *blog*, assinadas por ele sob o codinome “Vini Marrentinho”. O nome fictício “Vini”, portanto, não foi criado por mim, mas escolhido por ele mesmo. No entanto, mesmo tendo acesso a todos esses registros, para a

construção do caso foi feita uma seleção de textos (*posts* ou *postagens*, como se diz na linguagem das redes sociais), e o conteúdo dos mesmos foi associado ao que recordo do acompanhamento de Vini pela equipe, com o atravessamento de minha experiência como psicóloga do Programa.

3 ADOLESCENTE, SUJEITO DE DIREITOS E DEVERES

Neste percurso de escrita, sempre me ocorreu uma dúvida: referir-me a “adolescentes”, ou “adolescentes em conflito com a lei”. Será necessário identificá-los a partir do cometimento de ato(s) infracional(is) que os levou a cumprir medida socioeducativa de privação de liberdade? Será o envolvimento com ato infracional o que caracteriza esses adolescentes, ou será sua condição de “classe da ralé” (Souza, 2009), de adolescência vivida em “situações sociais críticas”, para usar a expressão escolhida por Jorge e Emilia Broide (2015)?

Pareceu-me necessário, portanto, situar o termo “adolescente em conflito com a lei”, identificando como as leis – e, conseqüentemente, os programas de políticas públicas – caracterizam o adolescente que é seu público-alvo. Farei isso através de uma breve retomada da história da socioeducação, no contexto das políticas públicas para a infância e a adolescência.

Dois publicações do governo federal brasileiro são norteadoras fundamentais da socioeducação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e o Sistema Nacional de Socioeducação (SINASE), de 2012. A execução do trabalho no campo da socioeducação está atravessada por outras leis e regulamentações, tais como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS). A este estudo interessa, entretanto, focar na noção de adolescência, adolescente “em conflito com a lei”, e propostas de atendimento que se colocam nas publicações oficiais direcionando o trabalho socioeducativo.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) “é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA], 2006, p. 22). De acordo com Silva e Hüning (2013), o SINASE é um subsistema do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), o qual, por sua vez, é composto também pelo Sistema de Educação e pelo Sistema de Justiça e Segurança Pública, além do SUS e do SUAS, mencionados acima. O mesmo engloba as esferas estaduais, distrital e municipais, bem como, políticas, planos e programas específicos de atenção (como o POD Socioeducativo).

Para além da história do ECA e da Socioeducação, está a história da Assistência Social no Brasil, na qual a socioeducação está inserida. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) data de 2004 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2005), e, a respeito desta, Romanzini e Carvalho (2013) comentam:

As práticas que operam a política de assistência social lidam com os incômodos da cidade. A atuação da Assistência Social, conforme a Política Nacional de Assistência Social (2004), é direcionada para as situações de risco pessoal e social por violação de direitos que envolvem a iminência ou ocorrência de eventos, como violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, entre outros. (p. 166)

Entretanto, muito antes da legislação e da compreensão atual dos campos que englobam a Assistência Social e o atendimento a crianças e adolescentes em políticas públicas, outras práticas vigoraram. De acordo com Cruz (2006), estas passam a fazer parte da história da infância no Brasil a partir da colonização, pois os Jesuítas, naquela época, separavam as crianças indígenas de seus pais, para melhor doutriná-las com a cultura e religião europeias. O objetivo era fazer com que essas crianças seguissem as regras e costumes estabelecidos pelos colonizadores. Assim, a primeira casa de recolhimento de crianças no Brasil data de 1551, foi iniciativa da Igreja Católica, e tinha como eixo central a caridade.

Já no século XVIII, o crescente fenômeno do abandono de bebês nas grandes cidades deu origem às Rodas dos Expostos. Com subsídio da Coroa, a Santa Casa assumiu a Roda de Salvador, primeira a se estabelecer. Ainda no período colonial, foram instaladas uma Roda dos Expostos no Rio de Janeiro, e outra em Recife (esta em 1789). Após a Independência, as Câmaras tiveram muita resistência a assumir as Rodas, até que se aprovou uma lei estipulando que, nas cidades onde houvesse uma Misericórdia, esta poderia instalar uma Roda e prestar assistência aos enjeitados, colocando-se a serviço da Província e não mais da Câmara. Com esta associação entre público e privado, inaugurou-se uma fase filantrópica. Nesse período, a igreja assumiu a educação dos órfãos, impondo, para tanto, a clausura e a vida religiosa em colégios internos exclusivos para meninos ou meninas. Logo, enquanto no século XVI havia uma intenção de impor a cultura dos colonizadores às crianças nativas, a partir do século XIX começaram a prevalecer

os valores da igreja católica, os quais eram seguidos pelas classes sociais dominantes (Cruz, 2006). A autora relaciona o movimento pela abolição das Rodas de Expostos, iniciado na Europa em meados do século XIX, às teorias evolucionistas pela melhora da raça humana.

Devido aos altos índices de mortalidade nessas instituições, as mesmas passavam a ir contra os interesses do Estado. No Brasil, juristas passaram a pensar novas leis para proteger as crianças abandonadas. Cabe lembrar que o primeiro objetivo das Rodas era acolher crianças nascidas de relações ilícitas. Cruz (2006) ressalta que “assim, a institucionalização da infância visava regular os *desvios* da organização familiar” (p. 36). Posteriormente, filhos de famílias pobres, que não tinham condições materiais de criá-los, passaram a ser colocados nas Rodas dos Enjeitados, que incluía a possibilidade de batismo. Além das Rodas, outro destino possível para as crianças abandonadas era serem criadas por famílias que as acolham, por dever de caridade ou compaixão. Mesmo nos dias de hoje, é comum as famílias terem “filhos de criação”, que não passam necessariamente por um processo legal (judicial) de adoção (Cruz, 2006).

O termo “enjeitado”, que caracteriza as crianças deixadas nas Rodas e atendidas pela Santa Casa nesse período, aponta para o que se dizia da infância (pobre) à época. O termo significa rejeitado, abandonado, mas tem como sinônimos “desprezado”, “odiado”, “recusado” (Santos et al., 2016, n. p). E sob esse estigma essas crianças se socializaram, cresceram e viram seus descendentes carregarem estigma semelhante, geração após geração, até os dias de hoje.

No que diz respeito às teorias evolucionistas pela melhora da raça humana, observa-se uma diferenciação de valor, como se as crianças institucionalizadas, e/ou frutos de relações ilícitas fossem piores do que aquelas nascidas de famílias ricas. A infância pobre, portanto, passava a representar os tais *desvios* da organização familiar. Apesar de ser comum famílias mais abastadas criarem filhos de mães menos favorecidas, as instituições religiosas seguiam sendo procuradas, pois proporcionavam o batismo dessas crianças, o que, na época, tinha grande significação para a inserção social (Cruz, 2006).

A Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio, executora do POD Socioeducativo em Porto Alegre e campo desta pesquisa, manteve, de 1895 até o início do século XXI, um internato para meninos. Inicialmente voltado ao acolhimento de crianças carentes, tornou-se conhecido pela boa prática educacional

(pedagógica, moral e religiosa), levando algumas famílias nem tão vulneráveis a deixarem seus filhos ali durante a semana, os quais passavam os finais de semana em casa. Excepcionalmente, algumas crianças do internato passavam o final de semana na instituição, devido à falta de uma referência familiar, ou à impossibilidade da família de buscá-las para passar o final de semana. Somente em 2010 a Fundação efetivou o processo de reordenamento para adequação à legislação específica, fechando o internato e reformando o espaço para a inauguração de quatro unidades de acolhimento institucional vinculadas ao Município, já em 2011. Cada unidade abriga cerca de 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, conforme previsto no ECA (Thiele, 2015). Este dado histórico da instituição onde se efetivou o programa de acompanhamento dos adolescentes de que trata este projeto de pesquisa é relevante, pois diz da identificação institucional com determinados modelos de assistência e de visão da infância e juventude. O convênio com o Governo do Estado para implementação do POD Socioeducativo fez parte do processo de reordenamento institucional do Pão dos Pobres. Tais questões histórico-políticas certamente influenciaram minha transferência com a instituição, e a transferência desta com o público atendido.

De acordo com Cruz (2006), o final do século XIX no Brasil foi marcado pela abolição da escravatura e o crescimento desordenado dos centros urbanos, o que teve, como consequência, um aumento da visibilidade da situação de crianças e adolescentes vivendo nas ruas. A preocupação das autoridades com essa população estava relacionada à valorização do trabalho como positivo e enobrecedor. Nesse contexto, os chamados “menores” levavam o poder público a tomar medidas higienistas, como a internação dos mesmos em casas de correção que ensinavam a disciplina pelo trabalho. A autora prossegue:

Neste sentido, percebe-se a preocupação com a gestão dos chamados perigosos, instituindo-se a noção de periculosidade... Desta forma, o discurso do modelo disciplinar é fundado na norma, produzindo uma sociedade de normalização, na qual existe um grupo humano cujos limites variam de acordo com os outros. Essa norma serve para que o indivíduo possa balizar seu comportamento pelo comportamento “médio”, codificado como “normal”. (p. 38)

Segundo Cruz (2006), neste cenário a prevenção apoiava-se na vigilância e na eugenia, com a crença de que a purificação da raça humana (branca) evitaria os

caracteres nocivos de negros e mestiços, tidos como “raças inferiores”. Uma reorganização da Medicina fez parte desse movimento preventivo, relacionado aos altos índices de mortalidade infantil. A educação sanitária para as famílias teve foco na redefinição do papel da mulher, como aquela responsável pelo cuidado permanente com os filhos. “A preocupação com o sujeito infantil, portanto, passava a se instituir cada vez mais como um problema econômico e político, alvo de inquietações de ações médicas, morais e pedagógicas” (p. 39). Observa-se uma predominância do caráter moral e higienista das ações, sob o discurso da saúde e da educação. A psicologia fez parte desse processo, de acordo com a autora:

Também a psicologia e a pedagogia se organizaram com o propósito de estabelecer uma nova educação que possibilitasse a produção de um novo cidadão e o assentamento de uma nova raça: sadia e ativa. (p. 39)

No campo do Direito, as crianças e adolescentes que ocupavam as ruas passaram a ser associados ao aumento da criminalidade, e o termo “menor” passou a incorporar o vocabulário dos juristas. Este termo designava tanto os abandonados quanto os considerados desviados ou delinquentes. O higienismo levou à elaboração da Doutrina da Situação Irregular, prerrogativa legal do Código de Menores do Brasil, promulgado em 1927. O mesmo continha leis de assistência e proteção voltadas para as famílias pobres, tornando pobreza e abandono em elementos patogênicos, prejudiciais ao organismo social (Cruz, 2006). A autora prossegue:

[...] podemos perceber uma oscilação que se mantém até os dias de hoje: ora o foco das discussões incide sobre a defesa da criança, que deve ser protegida; ora sobre a defesa da sociedade contra essa criança, que deve ser disciplinada, vigiada. Assim, por um lado a criança abandonada, pobre e desassistida e, por outro, a criança perigosa, marginal e delinquente.” (p. 40)

Rosa e Vicentin (2012) apontam que os pressupostos teóricos que fundamentaram as definições de adolescência e de seu lugar nas políticas públicas constituem, até os dias de hoje, em entraves para o avanço das práticas em saúde e socioeducação. As autoras destacam a centralidade do diagnóstico de *transtorno de personalidade* aplicado a adolescentes que cometeram ato infracional, colocando-os na condição de *intratáveis* e *irrecuperáveis*, o que, no campo jurídico, representa a

noção de *periculosidade*. O conceito de periculosidade, embora em desuso no campo da criminologia, devido à sua não operacionalidade, tem sido presente nos argumentos constantes nas avaliações de medida socioeducativa de internação para adolescentes. Para as autoras, essa patologização do adolescente “em conflito com a lei” traz prejuízos para o próprio adolescente.

Vimos que, há cem anos, as ações da Assistência voltadas a crianças e adolescentes tinham a finalidade de defender a sociedade dos perigos que aqueles representavam, e hoje não é muito diferente: o principal argumento do POD Socioeducativo não é a melhoria da qualidade de vida dos egressos do sistema socioeducativo, mas a prevenção da reincidência, ou seja, evitar que o sujeito cometa novamente um ato infracional que coloque a sociedade em risco. A lógica da correção pelo trabalho permanece, tanto para prevenir quanto para remediar. A Fundação Pão dos Pobres e o Centro de Educação Profissional São João Calábria foram selecionados para executar o Programa em Porto Alegre justamente por sua estrutura em oferta de cursos profissionalizantes. No Pão dos Pobres, a maior parte dos cursos está vinculada à atividade industrial, através do sistema SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). O que não foi previsto, entretanto, é que a maior parte dos adolescentes do POD não teria escolaridade suficiente para ingressar nesses cursos, pois o índice de defasagem escolar dentre os adolescentes internos na FASE⁴ é significativo. Tampouco se fez um levantamento de quais seriam os cursos de interesse dos adolescentes a se beneficiarem do Programa.

Continuando com a história da socioeducação, em 1942 foi fundado o Serviço de Assistência do Menor (SAM), e, junto a este, os reformatórios para “menores delinquentes”, com funcionamento semelhante ao do sistema penitenciário. A delinquência ainda era considerada como periculosidade nata da criança ou adolescente. Na década de 1960, o SAM passou a ser criticado por problemas tais como: superlotação, exploração do trabalho dos internos, instalações precárias, falta de higiene, e as críticas mais fortes, de que o método repressivo era ineficaz no combate à criminalidade juvenil. A partir do golpe de 1964, então, o SAM foi extinto,

⁴ Dados atualizados sobre a escolaridade dos adolescentes da FASE podem ser consultados no site da instituição: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/dados_estatisticos/>. Acesso em: 23 set. 2015. Considerações sobre escolaridade dos adolescentes infratores encontram-se na publicação *Medidas sócio-educativas: da repressão à educação*, de Carmem Maria Craidy e Liana Lemos Gonçalves (Orgs.). Porto Alegre: UFRGS (2005).

dando lugar à Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM). A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, FUNABEM, surgiu com a finalidade de “reeducar” e “reintegrar” o “menor” à sociedade, através de métodos terapêutico-pedagógicos baseados na visão biopsicossocial (modelo não repressivo). Em 1979, ainda com base na Doutrina da Situação Irregular, os militares implementaram o Código de Menores. Este agregou à lógica anterior uma visão mais terapêutica no que diz respeito ao adolescente em conflito com a lei, ainda denominado, à época, “menor” (Cruz, 2006).

Percebe-se, portanto, que o adolescente visado pelas políticas socioeducativas passou a ser um indivíduo doente, à margem da sociedade. Ele não era compreendido como parte de um sistema econômico-social que o mantinha nessa condição marginalizada, mas sim como um desviante do que se esperava da juventude. O objetivo da socioeducação, naquele momento histórico, era “formar jovens responsáveis para a vida em sociedade” (Cruz, 2006, p. 220).

Até a década de 1980, parece não haver lugar social para o sujeito adolescente, tratado como um problema objetivado que as instituições jurídicas, educacionais, religiosas e de saúde devem resolver em prol de uma sociedade mais segura. Seja através de um conceito científico de normalidade, ou de valores morais pautados pelo cristianismo, a legislação de cada período reflete uma expectativa sociocultural a respeito da adolescência, que parece desconsiderar a história dos sujeitos à qual a mesma deve ser aplicada.

No cenário internacional, a década de 1980 foi marcada por importantes debates e resoluções acerca da garantia de direitos e de proteção às crianças e adolescentes. Uma das principais referências para a socioeducação foi um documento da Organização das Nações Unidas intitulado Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, mais conhecido como “Regra de Beijing”, o qual data de 1985. Este documento garante que jovens infratores sejam responsabilizados pelos seus atos de forma diferenciada dos adultos, e que, na aplicação de medidas, sejam satisfeitas as necessidades dos jovens, garantidos seus direitos básicos, e satisfeitas as necessidades da sociedade. Nas Orientações Fundamentais do mesmo, consta que:

Os Estados Membros esforçar-se-ão para criar condições que garantam à criança e ao adolescente uma vida significativa na comunidade, fomentando, durante o

período de idade em que ele é mais vulnerável a um comportamento desviado, um processo de desenvolvimento pessoal e de educação o mais isento possível do crime e da delinquência. (ONU, 1985, n. p.)

A vulnerabilidade, aí, refere-se a uma etapa da vida, da infância até a adolescência, em que o sujeito está suscetível a um “comportamento desviado”. Se há desvio, há um padrão de normalidade. Mas não se trata de uma condição social, cultural ou racial, conforme lê-se no artigo 2.1 do mesmo documento:

[...] se aplicarão aos jovens infratores com imparcialidade, sem distinção alguma, por exemplo, de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição. (ONU, 1985, n. p.)

Apesar dessa colocação, a discriminação ocorre no Brasil, especialmente em relação à cor e à condição social/econômica (Waiselfisz, 2014). Isto pode ser associado aos dados históricos de que as crianças e adolescentes que ocupam as ruas são de origem pobre e descendentes de negros. Pelo que pude observar, a aplicação de medidas socioeducativas dá-se de forma seletiva e diferenciada para essa parcela da população.

Chama atenção ainda, ao final do documento, o disposto no item 30.2: “Procurar-se-á revisar e avaliar periodicamente as tendências, os problemas e as causas da delinquência e da criminalidade de jovens, assim como as diversas necessidades particulares do jovem sob custódia.” (ONU, 1985, n. p.). Neste item, há um apelo à ciência, para detectar as causas da delinquência e da criminalidade *de jovens*, supondo, portanto, que estas se diferenciam das causas que levariam um adulto a praticar um crime. A Regra de Beijing não determina uma idade cronológica, deixando que cada país determine seus critérios, mas dá a seguinte orientação:

Nos sistemas jurídicos que reconheçam o conceito de responsabilidade penal para jovens, seu começo não deverá fixar-se numa idade demasiado precoce, levando-se em conta as circunstâncias que acompanham a maturidade emocional, mental e intelectual. (ONU, 1985, n. p.)

Introduz-se, aí, uma consideração sobre a maturidade, sem definição, entretanto, do que seria “maturidade emocional”, “maturidade mental” e “maturidade intelectual”. O que está em questão é uma diferença entre a responsabilidade penal aplicada a jovens, e aquela aplicada a adultos, ou pessoas maduras. Outra consideração apresentada na Regra é quanto às “diversas necessidades especiais” dos jovens, bem como das crianças e adolescentes, ou seja, um entendimento de que suas necessidades diferenciam-se das necessidades da população adulta.

Em 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Convenção Sobre os Direitos da Criança.⁵ Esta, será adotada no Brasil em 1990, e dará origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), introduzindo, no cenário brasileiro, a noção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direito aos quais deve-se garantir proteção integral. A promulgação do ECA representa uma mudança mais significativa nas políticas públicas para a infância e a adolescência no Brasil. Além da Doutrina da Proteção Integral e do reconhecimento dessa parcela da população como sujeitos de direito, o ECA promove uma diferenciação entre infância e adolescência, pois, até então, todos estavam classificados sob a categoria “menor” (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005). Para entendermos o que a nova lei define como adolescência, tomemos os Artigos 2º e 6º do Título I, “Das Disposições Preliminares”:

Art. 2º Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

[...]

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a *condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento*. (Lei Federal n. 8.069/1990, 2010, pp. 9-10, grifo meu)

O Estatuto define, portanto, a idade cronológica que caracteriza o período da adolescência, e define crianças e adolescentes como “pessoas em desenvolvimento”, o que justifica uma legislação específica. Excepcionalmente, estará sob a regência do ECA a pessoa entre dezoito e vinte e um anos, que estiver

⁵ Disponível na página do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF): <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

em cumprimento de medida socioeducativa. Outras palavras sobre a condição da infância e da adolescência expressas no ECA encontram-se no texto do SINASE:

O ECA expressa direitos da população infanto-juvenil brasileira, pois afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como ser humano, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e adolescência como portadoras de continuidade do seu povo e o reconhecimento da sua situação de vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado; devendo este atuar mediante políticas públicas e sociais na promoção e defesa de seus direitos. (CONANDA, 2006, p.15)

É preciso ter cuidado, no entanto, com as brechas que a “proteção integral” deixa para um excesso de controle e para a aplicação abusiva de medidas restritivas. O que tenho observado, no âmbito da socioeducação, são medidas excessivamente restritivas disfarçadas de proteção. Isto ocorre, por exemplo, na aplicação da medida socioeducativa de ISPAE (Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa)⁶ a adolescentes cujo ato infracional não é proporcional a tamanha restrição de liberdade, justificada pela situação sociofamiliar ou outros fatores. Muitas vezes, as falhas na rede de atendimento prejudicam o(a) adolescente, resultando em privação de liberdade na função de proteção, o que pode ser entendido como violação de direitos.

O Título III do ECA, “Da Prática de Ato Infracional”, dispõe sobre o adolescente em conflito com a lei. Sendo considerado Ato Infracional “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”, “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei” (Lei Federal n. 8.069/1990, 2010, p. 75). Cometendo um ato infracional, portanto, o adolescente permanece sob a proteção do Estado, sujeito a medida de caráter pedagógico, sempre respeitando a peculiaridade de seu “ser em desenvolvimento”.

A partir do ECA, inicia-se uma fase de desinstitucionalização (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005). O reordenamento da FEBEM, no Rio Grande do Sul, foi efetivado doze anos após a promulgação do ECA. A Lei 11.800, de 28 de maio de 2002, estabelece a extinção da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), e autoriza a criação de duas fundações que até hoje dão conta do

⁶ A divisão da medida de Internação em ISPAE (Sem Possibilidade de Atividade Externa) e ICPAE (Com Possibilidade de Atividade Externa) é uma particularidade da FASE-RS, que não está prevista no ECA nem no SINASE.

acolhimento de crianças e adolescentes, e da execução de medidas socioeducativas para adolescentes, separadamente. Para esta finalidade, é criada a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), e para aquela, a Fundação de Proteção Especial (FPE), na qual os grandes abrigos institucionais deram lugar a unidades residenciais agrupadas em Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR). Com essa divisão, a execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade foi regulamentada, porém, ainda se discute a questão dos abrigos de proteção especial, pois, segundo o ECA, esta é uma responsabilidade dos municípios. No âmbito municipal, o ajuste à legislação foi ainda mais recente, como no caso acima mencionado da Fundação Pão dos Pobres, cujo processo de reordenamento ocorreu entre 2010 e 2011, dando lugar a abrigos institucionais conveniados à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da Prefeitura de Porto Alegre.

Romanzini e Carvalho (2013) observam que, ao se trabalhar com a prerrogativa da proteção social que consta no ECA – incluindo a socioeducação –, trabalha-se em estreita interface com o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). O desafio é efetivar essa garantia de direitos, considerando-se a diferenciação histórica que é feita entre aqueles que estão economicamente incluídos na sociedade de consumo, e aqueles que, devido a uma série de privações históricas de direitos, entre outras causas socioeconômicas, não participam da sociedade de consumo, conforme destacam as autoras:

Entretanto, as forças que asseguraram a luta para a criação de uma lei como o Estatuto da Criança e do Adolescente passam a ser controladas, pois vivemos numa sociedade fundada no reconhecimento da igualdade de direitos do cidadão, mas regida por um sistema econômico excludente – uma disputa que segue no jogo de relações sociais, mesmo que os marcos legais afirmem a garantia de direitos. (p. 163)

Apesar do exposto no ECA e do reordenamento da FEBEM, a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) brasileiro só se efetiva em 2006, data da publicação do mesmo pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e sua instituição por lei só

ocorre em 2012.⁷ Este Sistema contém as diretrizes técnicas e administrativas para o atendimento socioeducativo, a partir das prerrogativas do ECA, das Regras de Beijing, entre outros, redigidas sob a responsabilidade do CONANDA. O SINASE destaca que a criança e o adolescente são prioridade absoluta da nação brasileira, e acrescenta: “criam-se as condições possíveis para que o adolescente em conflito com a lei deixe de ser um problema para ser compreendido como uma prioridade social em nosso país.” (CONANDA, 2006, p. 14). Observa-se, nesta última afirmação, um esforço para descolar do adolescente alvo de políticas públicas a noção de periculosidade, que o torna um problema social (uma ameaça à sociedade), para destacar sua importância, seu caráter prioritário diante da elaboração e execução de políticas públicas e sociais.

O adolescente da socioeducação, portanto, não é mais um “menor” “perigoso” e excluído, mas uma pessoa em desenvolvimento que deve responder por seus atos sob legislação especial, observando-se seus direitos e limitações individuais, e garantindo-se a sua proteção. O caráter da medida socioeducativa não é punitivo, mas pedagógico. A recente implementação da Justiça Restaurativa⁸ na 3ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre e nas unidades da FASE-RS reforça esse princípio, uma vez que dá ênfase à resolução de conflitos, sob o prisma restaurativo, mais do que à punição por transgressões.

Entretanto, ainda se observa a discriminação de adolescentes em situação de vulnerabilidade social como “potencialmente perigosos” e “desviantes”. Sob o discurso de que “não aproveitam as oportunidades”, “não querem nada com nada”, os adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo são vistos socialmente como um problema sem solução, um risco do qual a sociedade quer se livrar, através de medidas punitivas cada vez mais rigorosas. Exemplo disto foi a grande mobilização do Congresso Nacional e da sociedade civil pela redução da maioria penal, tendo sido a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 171 de 1993 aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados em agosto de 2015.⁹ Há um desencontro, portanto, entre o sujeito descrito na legislação e o

⁷ BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

⁸ Mais informações sobre Justiça Restaurativa podem ser encontradas na página do projeto “Justiça para o Século 21”: <<http://www.justica21.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

⁹ Informações atualizadas sobre essa PEC encontram-se na página virtual da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

adolescente historicamente estigmatizado que chega ao sistema socioeducativo. Em minha prática, constatei que esse não representa todos os adolescentes envolvidos com atos infracionais, pois aqueles que se envolvem e gozam de uma condição socioeconômica melhor, acabam não cumprindo medidas de privação de liberdade. Observa-se, ainda, que na prática cotidiana, a lógica moralista e punitiva que trata o adolescente infrator como desviante prevalece sobre práticas pedagógicas que reconhecem o adolescente em conflito com a lei como sujeito de direito.¹⁰

A respeito do que dizem as leis sobre o adolescente da política pública socioeducativa, portanto, constata-se que a lei e a história têm o foco no 'conflito com a lei', apesar de a legislação atual apontar para um foco no 'adolescente'. A particularidade de cada adolescente, sua narrativa, o que faz de cada um *um* adolescente “*em* conflito com a lei”, é o que diz respeito à psicanálise. No contexto desta pesquisa, é o que diz respeito a mim, na experiência que tive em socioeducação. A partir do caso de Vini, busco identificar quem é o adolescente da psicanálise e o que já foi produzido neste campo sobre essa condição de “*em* conflito com a lei”, bem como, a respeito da interface entre psicanálise e políticas públicas. Ao entendimento histórico da legislação que acompanha o discurso social a respeito desses sujeitos, soma-se a análise sociológica do que Jessé Souza (2009) nomeou como “a classe da ralé brasileira”, pois esses discursos que de alguma forma diferenciam os sujeitos perante a lei (contrariando o princípio de igualdade) têm interferência direta nos destinos dos adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo.

¹⁰ Mais dados sobre discriminação de adolescentes, em Waiselfisz (2014). *Mapa da violência*.

4 RÁDIO 1.4.9. ICARAÍ TAQUARI

Radio 1.4.9. Icaraí Taquari

Figura 2. Reprodução do cabeçalho do blog de Vini¹¹

4.1 “Coração de papel reciclável”: origamis, transferência e escuta

Foi meu pai que me explicou: tenho inclinação para não falar, um talento para apurar silêncios. Escrevo bem, silêncios, no plural. Sim, porque não há um único silêncio. E todo o silêncio é música em estado de gravidez.

Mia Couto, *O afinador de silêncios*

Vini, o adolescente que nos acompanhará neste percurso, ajudando a pensar a adolescência da ralé, o adolescente em conflito com a lei, e a psicanálise nas políticas públicas de socioeducação, desacomodou a forma de trabalhar da equipe, e, transferencialmente, tornou-se questão para mim. O mesmo ingressou no Programa aos 17 anos de idade, com histórico de vivência de rua desde os 13. Por este motivo entre outros, ele não atenderia aos critérios de permanência no Programa (frequência na escola, nas atividades do Programa ou em cursos profissionalizantes, inserção em estágio ou trabalho formal), mas demonstrou ter demanda para permanecer no mesmo, o que nos levou a decidir mantê-lo vinculado e ofertar nossa escuta. Diante dessa oferta, Vini criou um espaço onde expressar-se através da escrita, um *blog* no qual identificamos que as postagens traçam o processo de viradas subjetivas pelo qual passou – um processo marcado por encontros e desencontros com o Outro. Todos esses aspectos da construção do caso de Vini foram um ponto de partida para esta dissertação.

Quando chegou ao Programa, ele era fechado, quieto, parecia inacessível. Não participava das atividades junto ao grupo de adolescentes, tampouco mantinha uma regularidade de frequência. Não sabíamos o que o trazia ali a cada dia,

¹¹ Fonte: <www.cvinicius394.blogspot.com>.

sabíamos apenas que, eventualmente (nem sempre no mesmo dia e horário), ele voltava. E que teríamos de suportar nosso não saber, a incerteza de seu retorno, e que sua residência, diferentemente do determinado pela juíza em sua Audiência de desligamento da FASE, não seria o abrigo¹² (do qual evadiu), mas a rua. Foi preciso também suportar seu silêncio nos primeiros dias, coisa que a educadora do Programa foi sensível em fazer, apoiada em pequenos quadradinhos de papel, com os quais passava horas acompanhando Vini na tarefa de dobrar silêncios até formar imagens tridimensionais em origami – “corações de papel reciclável”. Ele interessava-se pela tarefa de transformar restos em objetos; foi assim também com as bicicletas de não andar feitas de arame.

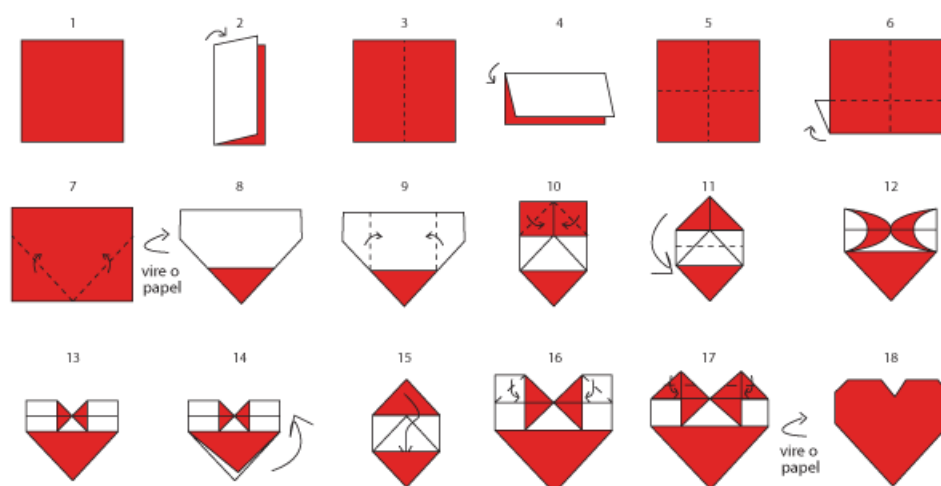


Figura 3. Instruções para confecção em origami de um coração de papel (reciclável)

A escolha do verbo suportar é proposital. Este ato, no contexto do acompanhamento de Vini no Programa Socioeducativo, representa tanto tolerância, quanto suporte. De um lado, o desencontro que se dá entre o adolescente e o abrigo residencial que deveria servir-lhe de moradia após o desligamento da FASE, desencontro que aponta para o suporte que não se efetivou no abrigo, e que tampouco se efetivara na família. De outro, o encontro entre o jovem e o Programa, a instituição e a equipe, que se tornaram fonte de suporte para o mesmo. Dentro do Programa, o desencontro entre a proposta formal do mesmo e a subjetividade dos

¹² Abrigo Residencial – modalidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em unidades que comportam até 20 acolhidos sob responsabilidade do Município.

adolescentes convive com a potencial promoção e produção de encontros que dão o suporte necessário a cada um.

A possibilidade de tolerar Vini constituiu-se como suporte para o mesmo. Na clínica com adolescentes, Rassial (1999) refere que o lugar analítico é o lugar onde é possível se calar sem que o silêncio se reduza a signo de impotência em falar; é preciso que o analista se descentre da necessidade de tudo explicar, tampouco se queixe daquilo que não alcança compreender. A oferta de escuta, que desde o início se colocou, nos silêncios da educadora, permitiu que Vini endereçasse sua fala e seus escritos, sua história e seu afeto. Iniciava-se, ali, uma relação de transferência.

Lacan (2007) destacou a potência do processo transferencial, a partir da análise do caso Dora, apresentado por Freud em 1905. Partindo do princípio de que a psicanálise é uma experiência dialética, Lacan afirma que esta é também a natureza da transferência. No desenvolvimento do caso Dora, ele cita três viradas dialéticas, momentos em que a analisanda mudou de posição subjetiva e discursiva em relação a seus relatos e às figuras que compõem o seu discurso. Tomo aqui a primeira como exemplo, quando Freud a questiona sobre sua implicação na desordem da qual se queixa, e ela, que se colocava como rele espectador ou vítima da cena que narrava, passa a incluir--se na cena como cúmplice.

O caso de Vini nos leva a pensar a transferência não apenas na relação direta com quem o escuta, mas também nas relações institucionais que estabeleceu com o Programa, com a Fundação Pão dos Pobres, e com a equipe. Para Miriam Debieux Rosa (2002), “a escuta clínica implica que o analista *suporte* a transferência” (p. 8, grifo meu), ou seja, que ocupe o lugar de suposto-saber sobre o sujeito para que este, ao falar e escutar-se, aproprie-se de seu discurso. Nessa relação, é necessário que o analista renuncie ao domínio da situação, com o objetivo de, pontuando e interpretando, possibilitar a produção de efeitos de significação no sujeito. Assim, o sujeito do desejo, engendrado pela cultura e na condição de dividido, pode transcender ao lugar em que é colocado e apontar na direção de seu desejo (Rosa, 2002).

O que seria, do lado de quem escuta, “renunciar ao domínio da situação”? Parece-nos, neste caso, que foi a escolha da equipe de permitir que Vini ditasse qual seria seu ritmo dentro do Programa. Ao observar que ele não “se encaixava” em nenhuma das atividades propostas, mas mesmo assim se fazia presente, marcando seu desejo de ali estar, abrimos novas possibilidades, outras

modalidades de atendimento, para que ele deixasse sua marca. Não se tratava de uma abertura angustiante, onde tudo seria possível sem limites: havia o contorno de um espaço protegido, e a disponibilidade de alguém da equipe para estar ali junto, “pontuando e interpretando” com gestos de cuidado e suporte. Na cena descrita acima, educadora e adolescente estavam, ambos, em sua condição de divididos, barrados pelos limites da política e da instituição, concretizados em regras, material disponível, espaço físico, e pessoal.

Essa abertura que a equipe teve em relação a Vini, não se conseguia ter em relação a todos os adolescentes. Apesar de cada adolescente ter um Plano Individual de Acompanhamento,¹³ o que exigia um olhar individualizado, alguns mobilizavam-nos mais do que outros.

Os educadores lançavam mão de diferentes estratégias para lidar com as demandas dos adolescentes e as regras e demandas institucionais. Muitas vezes, a estratégia usada era firmar certos “pactos” com os adolescentes, buscando a horizontalidade na relação através da cumplicidade. Diante desse contexto destaca-se a sensibilidade da educadora nos atendimentos com Vini. Ainda que um programa socioeducativo no contorno de uma política pública de Assistência Social não se proponha a ser um espaço terapêutico, a transferência se instala, e abrem-se brechas para que o terapêutico *aconteça*.

Torossian (2008), em artigo sobre transferência e angústia na clínica das toxicomanias, menciona campos de atuação em que os sujeitos não costumam aproveitar os espaços “formais” individuais ou de grupo para falarem, mas sim os espaços recreativos – “informais”. O mesmo ocorria na relação dos adolescentes do Programa com a equipe. É comum que seja nos passeios e intervalos das atividades ditas socioeducativas que a escuta *aconteça*.

Mas, para que a escuta aconteça de forma a fazer algum efeito, é preciso atentar para algumas armadilhas transferenciais. Rassial (1999) aponta para o risco de o analista colocar-se em posição de cúmplice do adolescente, ao separar-se do discurso corrente dos adultos. Diante de um novo questionamento do narcisismo no

¹³ O Plano Individual de Acompanhamento de Egresso (PIA Egresso) é um instrumento previsto no SINASE, que deve ser elaborado em conjunto pelo adolescente, sua família e/ou rede de apoio, a equipe que o acompanhou durante a medida de internação, e a(s) equipe(s) que o acompanharão após o seu desligamento da FASE. Desde a implementação da Justiça Restaurativa no Sistema Socioeducativo do Rio Grande do Sul, o PIA Egresso é preenchido em um Círculo Restaurativo de Compromisso, do qual integrantes do POD participam, ofertando o Programa e comprometendo-se, caso o adolescente opte pela inserção no mesmo.

adolescente, o analista fracassa quando busca produzir um apoio identificatório, seja sustentando o “adolescente fraco” com seu pretense equilíbrio e força, seja partilhando com o adolescente da mesma “fraqueza egoica” (Rassial, 1999, p. 164).

Outra posição na qual é comum que o analista seja colocado pelo adolescente é a posição de adulto incapaz de entender sua demanda, seja esta qual for. Segundo Rassial (1999), é preciso entender que faz parte da relação transferencial com um adolescente que este coloque o psicanalista na posição de dejetivo, que o rejeite, “não como um inimigo, mas como um sujeito qualquer” pois é a adolescência “o momento do trabalho de luto da “compreensão dos adultos” (p. 159).

A terceira “armadilha” ou posição à qual o adolescente convoca o analista é a do mestre. Rassial (1999) reconhece a tentação de “responder de uma posição de filósofo ou, pior, de diretor de consciência” (p. 165), e acrescenta que “O analista não deve ser aquele que, de antemão, tem resposta para tudo, mas aquele que abre questões e as deixa abertas” (p. 165).

As colocações de Rassial, contudo, não indicam necessariamente uma falha ou erro dos educadores quando adotavam uma postura mais próxima da cumplicidade junto aos adolescentes. Tropeços, talvez. À diferença do atendimento realizado em consultório, a escuta se dava em equipe, de maneira que diferentes posições transferenciais podiam circular entre os membros da equipe, ao mesmo tempo em que havia alteridade. Para Torossian (2013), a potência do trabalho interdisciplinar muitas vezes se dá quando não agem todos a partir de uma mesma perspectiva, mas quando há uma mobilidade de funções, em que cada um pode combinar com o outro qual será sua função. Na equipe do Programa, analisávamos constantemente o que estávamos fazendo. Foi isso que nos permitiu ousar fazer diferente em relação a Vini.

4.2 O desejo de morrer e a busca por um lugar no social: a passagem adolescente

Nem todos nascem em berço de ouro, eu nasci em um de papel reciclado pelo tempo...

Vini¹⁴

Na primeira vez que veio falar comigo, Vini se apresentou através de um caderninho repleto de surpreendentes palavras. Era o diário que escrevera durante a internação na FASE. Na primeira página, lia-se: “Tinha 13 anos quando deixei a casa paterna pela última vez.”. O prontuário institucional de Vini continha informações incompletas e desconstruídas sobre sua vida. Sabíamos, por exemplo, que fora abandonado pela mãe, mas que dela herdara o HIV por contaminação vertical; e que o pai era alcoolista. Pareceu-me mais interessante ater-me às informações prestadas por ele mesmo em seu diário do que às daquelas do prontuário. No caderninho vermelho ele narrava as desventuras de um menino que se julgava esperto, ao enfrentar a primeira noite de chuva e frio, ao fumar o primeiro baseado (e descobrir-se indefeso no meio da rua, desviando dos carros), e ao sentir saudade de casa. Algumas dessas narrativas foram reproduzidas em seu blog, como esta:

¹⁴ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2012/07/coracao-de-papel-reciclavel.html>>.

quarta-feira, 17 de agosto de 2011

como descobri o beck.

Descobri o beck em um dia ensolarado quando eu resolvi ir ao parque marinha para ver o por do sol, caminhei até a beira do rio quando avistei um moreno auto de camisa vermelha e calça jeans, eu fui falar com ele para descobri às horas e ele disse que era 3 horas, ele puxou assunto e ficamos conversando.

depois de alguns minutos ele diz que não tem seda e pede para eu enrolar um cigarro para ele colocando dentro de um cigarro qualquer, enrolei o cigarro para ele enquanto ele me dizia que arressem avia saído do trabalho descido para queimar um beck, eu então perguntei o que era um beck e ele disse que era uma erva que veio de outras eras como a dos anos setenta e que tinha gente que viajava quando fumava ela. Eu resolvi dar umas fumadas e fiquei meio tonto e depois que eu sai de lá que começou a viagem, eu subi da beira do rio, fui caminhando e derrepente eu paro, mas paro no meio da facha e olho para os lados, vinha carros nos dois sentidos só que vinham embalados e eu não sabia se continuava a caminhar ou se voltava, dei rápidos passos e atravessei a rua correndo. não sei porque eu parei no meio da facha mas daquela tarde em diante passei a fumar o tal de beck.

Eu tinha 15 anos.

Postado por Vini marrentinho às 06:59

Figura 4. Blog do Vini, em postagem do dia 17 de agosto de 2011¹⁵

Nesta passagem, ele descreve a experiência com a droga como uma tontura arriscada, que o levou a colocar-se em risco sem saber porquê. E, no entanto, ele passa a usar a mesma droga a partir desse dia. Essa linearidade entre a vertigem que aproxima da morte e a decisão de repetir a experiência intriga. Por que Vini escolheria arriscar-se? Essa aproximação com a morte não estava só em sua relação com “o beck”, escutamos ele narrar outras situações semelhantes. Ele conhecia bem as regras da rua, mas não raras vezes infringia alguma, e então pedia para passar o dia inteiro conosco na instituição, para se proteger. Dizíamos que Vini “flertava com a morte”, formulamos a hipótese de que ele fantasiava que, se morresse tragicamente, a mãe sentiria sua falta e se arrependeria de tê-lo abandonado. Assim, ele destemia a morte, mas prezava por sua liberdade. Certa feita, escreveu uma carta para sua mãe, que dizia mais ou menos isso (que ele iria morrer e ela iria se arrepender), e pediu que enviássemos para determinado endereço. Nunca se recebeu resposta, tampouco os Correios devolveram a carta.

¹⁵ Postado no dia 17 de agosto de 2011 em: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2011/08/e-facil-falar-de-mim-o-dificil-mesmo-e.html>>. Acesso em: 12 nov. 2016. Erros de grafia mantidos tal qual no texto original.

Apesar deste desencontro com o Outro materno, o que se observava era um adolescente aprisionado nesse Outro, no discurso materno que o condenava à morte (“vai ser mais um igual aos outros”, “desgraça”, “sem chance”). Que espaço haveria aí para um sujeito desejante? Nossa aposta foi de que havia, sim, espaço para emergir.

Esta posição de Vini em relação à mãe remete ao processo adolescente que ele vivencia. Mesmo o ato infracional pode ser lido como parte dessa travessia. A psicanálise vem fazendo diferentes leituras a respeito da adolescência. Pode-se dizer, em poucas palavras, que é um processo (e não um período cronológico) relacionado à passagem do Outro familiar ao Outro social. Nesta perspectiva, além das mudanças socioculturais pelas quais o dito “familiar” e o “social” passam ao longo do tempo desde o final do século XIX, há de se considerar que a teoria psicanalítica se desenvolve a partir de uma clínica que não chegava à população da ralé ou de contextos sociais críticos. Adolescentes como Vini, e outros com os quais nos deparamos nas políticas públicas e programas de socioeducação, interrogam as referências teóricas da psicanálise sobre adolescência, apontando a necessidade de se escrever mais a partir desta clínica, o que alguns autores contemporâneos vêm fazendo no Brasil e nas periferias de outros países ocidentais.

Destaco a questão ocidental, pois Ricardo Rodolfo (2008) argumenta que “a adolescência”, diferentemente da juventude, é um fenômeno ocidental recente, constituindo um sintoma subjetivo do que o autor denomina “cisma ocidental”. Segundo o autor, o jovem, que se opõe ao velho/adulto das gerações que o precedem, sempre existiu, mas a adolescência teria surgido há não muito mais do que 50 anos, como sintoma, ruptura da corrente de transmissão. De acordo com o autor, o que dói no adolescente é a ruptura da cadeia geracional, o sentir-se alheio, “o que séculos e séculos de cultura como a que se encontra em museus e bibliotecas não o representam nem lhe representam nada, não o convocam nem o interpelam a tomar seu lugar”¹⁶ (p. 223). O adolescente renega os ideais a que os adultos lhe convocam.

Em se tratando do adolescente da ralé, o abismo que marca o desencontro em relação aos ideais, não apenas dos adultos próximos, mas os ideais sociais e da política pública, é ainda maior. Rosa (2002) refere que “meninos de rua” padecem

¹⁶ Livre tradução: “el que siglos y siglos de cultura como los apilados en un museo o en una biblioteca no lo representan ni le representan nada, no lo convocan ni lo interpelan a tomar su lugar”.

de um desamparo social e discursivo, pois lhes falta a atribuição de um lugar no ideal social e um discurso de pertinência. No caso de Vini, que passou por instituições de proteção (abrigo) e de socioeducação (FASE e Pão dos Pobres) e não se identificou com nenhuma, sua passagem por elas foi marcada por um desencontro com o Outro nelas representado.

sexta-feira, 27 de julho de 2012

Continuaremos com a guerreira do cereal quadrado e a fada dos anões crescidos.

Não podemos deixar de lembrar das nossas queridas Supemeri e Beck, as linha de frente do POD, para a sorte dos demais elas continuarão em nossos bastidores agitando a mente do visconde e botando ordem nos anões crescidos, nesses últimos tempos percebi que enfraqueceu um pouco a nossa amizade porque tomei outras decisões, esta pode ser a última transmissão da minha radio, mas não podemos ser pessimistas si proprio porque ninguém sabe o dia de amanhã. Termino a transmissão de hoje insentivando as guerreiras(os) a não sairem dos seus campos de batalha.



Postado por Vini marrentinho às 07:20

Figura 5. Blog do Vini, em postagem do dia 27 de julho de 2012¹⁷

¹⁷ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2012/07/continuaremos-com-guerreira-do-cereal.html>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

Esta não foi “a última transmissão da rádio” de Vini, mas foi uma postagem em transferência com as técnicas da equipe, após uma intervenção em que abordamos a proximidade de seu desligamento da instituição. Era um momento em que a renovação do convênio reduziria a equipe e as metas (número de atendidos) do Programa, e um controle mais rigoroso por parte da gestão na Secretaria de Governo cobrava os critérios de inserção escolar, profissionalização e emprego. Vini já estava há mais de um ano vinculado ao Programa, e nos últimos meses estivera realmente afastado, sem uma frequência mínima na instituição. Quando se refere ao “enfraquecimento da amizade” e o atribui às “outras decisões” que tomou, diz respeito às expectativas e ideais aos quais não atendeu: o ideal social de jovem “bem sucedido”, vinculado à ascensão profissional e ao poder de compra; os ideais de “reinserção social” da política pública, pela via da escolaridade e profissionalização; e nossa incontável expectativa – atravessada pelos mesmos ideais – de que ele, embora ao seu tempo e à sua maneira, atingiria algum daqueles objetivos pré-estabelecidos (poderia ser um emprego informal!, pensávamos).

4.3 As linhas da psicanálise: adolescente, sujeito de direitos e de desejos

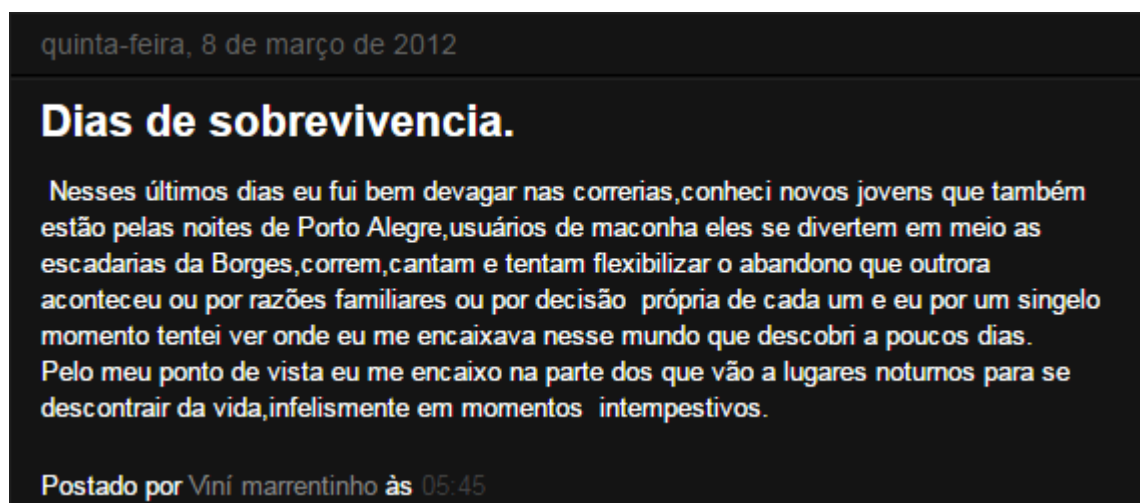


Figura 6. Blog do Vini, em postagem do dia 8 de março de 2012¹⁸

¹⁸ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2012/03/dias-de-sobrevivencia.html>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

Vini escreve sobre sua inserção no social, pergunta-se com quais outros se identifica. O adolescente da ralé tem mais dificuldade de se inserir no laço social, quando o discurso do Outro no qual se constituiu é desqualificado como transmissor pela sua condição econômica. Segundo Rosa e Vicentin (2012), aos jovens de famílias marginalizadas, diferentemente do que ocorre com os nascidos em melhores condições sociais, é oferecido um discurso sobre um jovem abstrato, que escapa à condição desejante que incluiria o Outro e o implicaria no acontecimento. “O discurso, carregado de expectativas culturais, desqualifica os atos e qualifica pequenos delitos, uso de drogas, desobediência e brigas como crimes, como sinal de delinquência prevista...” (p. 43). A busca por seu lugar no social é parte do processo adolescente, e está diretamente relacionada às referências parentais – ou do Outro primordial.

Não é por acaso que alguns autores optam pelo termo “jovem” em detrimento de “adolescente”. A diferença não é apenas conceitual: pode dizer respeito a um posicionamento ético e político. Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) situam o conceito de adolescência como uma construção histórica relacionada à sociedade contemporânea de controle globalizado, em que o mesmo serviria aos propósitos dominantes de padronização e homogeneização dos modos de existência. Como vimos em capítulo anterior, no cenário brasileiro em que se originou o Código de Menores a partir da Doutrina da Situação Irregular, a psicologia e a pedagogia serviram à lógica de produção de cidadãos que atendessem aos ideais e necessidades da época: sadios, ativos, trabalhadores, úteis. As autoras propõem a noção de juventude como possível enfrentamento da lógica desenvolvimentista que serve a tais propósitos.

Vimos que para Rodolfo (2008), a adolescência é um conceito relativamente recente, da década de 1950, e diretamente relacionado ao ocidental. Longe de ser uma etapa evolutiva, diz o autor, a adolescência é um fenômeno de grupo, circunscrito a um “nós” que renega os ideais oferecidos por pais e professores. Diferentemente do jovem, que se opõe ao velho no marco da sucessão e da continuidade geracional, o adolescente emerge como sintoma do que Rodolfo nomeia “cisma ocidental”. O autor chama atenção para o fato de que há em nosso tempo uma atmosfera cultural na qual se espera que meninos e meninas se tornem

“adolescentes”, e mais, sob um ideal fálico-narcisista de “ser sem copiar-se”¹⁹ (p. 227) de ninguém. Ao falar em adolescência, portanto, há um contexto social, histórico, econômico e cultural a ser considerado.

Diante de tal discussão, e considerando a adolescência como processo psíquico, optamos, neste estudo, pelo uso do termo “adolescente” para referir-nos a Vini e outros sujeitos da socioeducação. Tomamos em consideração a adolescência não como etapa evolutiva, mas como processo, operação de passagem.

Além das questões éticas e conceituais que orientam a escolha pelo termo adolescência ou juventude, lembramos ainda que nenhum dos dois termos apresenta-se como correspondente à puberdade. Esta diz respeito aos fenômenos fisiológicos de uma etapa do desenvolvimento humano, enquanto aquelas dizem respeito a um tempo subjetivo. No entanto, quando Freud faz a primeira referência ao processo adolescente, em “Três ensaios para uma teoria sexual”, em 1905, utiliza o termo puberdade.

Freud dá ênfase aos efeitos das transformações corporais no psiquismo, referindo-se à escolha de objeto sexual e de desejo, sem aprofundar-se no aspecto social desse processo. Segundo o autor, nessa etapa de metamorfose do corpo, a pulsão sexual, que ao longo da infância foi predominantemente autoerótica, encontra seu objeto. É a etapa de primazia da zona genital. Em suas palavras: “a pulsão sexual se põe agora a serviço da função reprodutiva” (Freud, 1905/2007c, p.1216, livre tradução).²⁰ Para a escolha de objeto, as relações primordiais, como a satisfação obtida ao mamar, ao receber o olhar e as carícias de ternura da figura materna, são fatores determinantes, o que leva muitos adolescentes a se encantarem por adultos que lembram seus genitores. Mas, para barrar o incesto, no princípio a eleição de objeto se dá apenas imaginariamente, no campo das fantasias e no das representações não destinadas a converter-se em ato. Segundo Freud (1905/2007c):

Simultaneamente ao vencimento e repulsa dessas fantasias claramente incestuosas tem lugar uma das reações psíquicas mais importantes e doloridas da puberdade: a liberação do indivíduo da autoridade de seus pais, por meio da qual cria-se a

¹⁹ Livre tradução. No original: “ser sin copiarse” (Rodulfo, 2008, p. 227).

²⁰ Livre tradução de: “El instinto sexual se pone ahora al servicio de la función reproductora”.

contradição da nova geração a respeito da antiga, tão importante para o progresso da civilização. (p. 1227)²¹

Ele associa, portanto, o processo de diferenciação do adolescente em relação aos seus pais, ou liberação da autoridade, à proibição do incesto. Embora faça menção à importância da contradição – ou desencontro – da nova geração a respeito da antiga para o progresso da civilização, a contribuição freudiana para pensar o processo adolescente é centrada na questão sexual e edípica, não abordando com profundidade a passagem do seio familiar ao laço social, tampouco chegando à reflexão sobre as diferenças que podem ocorrer nesse processo em contextos sociais críticos. Tal centralidade nas questões sexuais e reprodutivas não se apresenta em todos os casos. Na história de Vini, aqui retratada a partir daquilo que ele elegeu publicar em seu blog, não é o que se observa. O que seria, então, o processo adolescente? Como se dá essa travessia para os adolescentes da ralé, para os que têm sua história atravessada pelo ato infracional e a privação de liberdade na socioeducação? E em especial, como Vini experiencia a passagem adolescente? Na busca de respostas para tais questionamentos, percorremos outros autores, posteriores a Freud, que se dedicaram ao estudo da adolescência (ou seria das adolescências?).

Poli e Rickes (2011) apontam que designar um sujeito como adolescente implica reconhecê-lo na posição de “virada de mesa” em relação à filiação. A passividade de ser reconhecido como “filho de” dá lugar ao reconhecimento e legitimação, por parte do adolescente, de seus pais nessa posição. Para que isso ocorra, o adolescente deve reconhecer a condição sexuada do desejo que lhe deu origem, bem como sua dívida para com esse desejo. A pergunta que surge aqui é: e num caso como o de Vini, onde há uma imensa fragilidade na relação de filiação, visto que ele não percebe ter havido investimento, e sim rejeição por parte dos pais, como se dá essa “virada de mesa”?

No que se refere à passagem adolescente, tomamos Rissial como principal referência dentre os autores da psicanálise do século XX. O autor define a

²¹ Livre tradução de: “Simultáneamente al vencimiento y repulsa de estas fantasías claramente incestuosas tiene lugar una de las reacciones psíquicas más importantes y también más dolorosas de la pubertad: la liberación del individuo de la autoridad de sus padres, por medio de la cual queda creada la contradicción de la nueva generación con respecto a la antigua, tan importante para el progreso de la civilización.”

adolescência como uma operação de passagem. Nessa operação, o Outro antes encarnado pelos pais passa a ser encarnado pelo semelhante. Tomado pelas modificações corporais que, como referiu Freud, evidenciam a função reprodutiva, ora o desejo adolescente é dirigido ao semelhante de mesmo sexo, orientando-se para um laço mais fraternal; ora o adolescente projeta toda sua sexualidade sobre o objeto, em múltiplas tentativas de encontrar o que seria o objeto certo (Rassial, 1999).

Em seus escritos, Vini não dá destaque às transformações de seu corpo, paixões, encontros ou desencontros com o Outro sexo. Menciona, sim, possibilidades de laço mais fraternal, tanto em relação a outros jovens, quanto na relação transferencial com alguns membros da equipe, quando nomeia tal laço de “amizade”. Diante disso, precisamos buscar o que mais a psicanálise tem elaborado a respeito da passagem adolescente.

Para Rassial (1997), "da identificação estrita ou familiar à identificação geral no social, há um hiato que exige do sujeito uma operação de múltiplas faces" (pp. 39-40). Nesse trânsito sem-lugar, o adolescente, não mais criança, não ainda adulto (o “anão crescido”, conforme escreve Vini), busca reconciliar o Imaginário do corpo, o Real da puberdade, e o Simbólico da lei. O que essa mudança de estatuto e de valor do corpo representa, na passagem da relação ao Outro parental à relação ao Outro encarnado no semelhante, é a passagem ao social, à busca de um lugar próprio no laço social (Rassial, 1997). Passagem essa que, no caso de Vini, é marcada por muitos desencontros com o Outro, e alguns encontros com um Outro mais acolhedor, onde pode ancorar-se, conforme veremos mais adiante.

O processo adolescente diz respeito à posição do sujeito em relação ao Outro, ou seja, como um dos tempos de desdobramento do processo de alienação/separação. Desta forma, a particularidade da operação adolescente implica o esvaziamento do fantasma infantil, isto é, uma ruptura com a significação adquirida na infância (Poli, 2005). Ao negar a autoridade paterna ou interrogar as figuras de alteridade, o adolescente busca se encontrar utilizando a função do semelhante como suporte de sua constituição subjetiva. O semelhante encarna, assim, a função simbólica. Nesse momento, o grupo de amigos torna-se um esteio para o adolescente, mais eficaz do que aquele oferecido pela família ou pelas instituições (Backes, 2011).

De acordo com Torossian (2001),²² faz parte da operação adolescente o sujeito passar de sintoma dos pais a um sintoma que inscreva seu desejo. Neste, portanto, as referências parentais constituem impulso para o sujeito relançar-se numa outra posição. Para a autora, "o adolescente poderá 'acatar' o dizer/olhar materno sem 'revolta', ou acatar, negando-o." (p. 26). Torossian lança um questionamento: se as referências parentais constituem os pilares sobre os quais o sujeito se constituirá, quais seriam os destinos daqueles adolescentes cujos pilares encontrem-se "ruídos pelo sussurro ou pelo silêncio?" (p. 27). Entre os destinos a que aponta a pergunta de Torossian, pode encontrar-se o do adolescente "em conflito com a lei".

Quanto às especificidades do sujeito adolescente "em conflito com a lei", Guerra, Soares, Pinheiro e Lima (2012) trabalham a hipótese de uma supressão ou "curto-circuito" da adolescência. No caso de jovens atravessados pela experiência com o tráfico de drogas, haveria uma redução ou supressão do compasso de espera que favorece a elaboração da puberdade, período em que o sujeito é convocado a fazer suas escolhas. Em sua pesquisa, as autoras observaram que os adolescentes entrevistados passavam pela puberdade mas não pela adolescência, forçando uma entrada precoce na vida adulta. Elas partem da seguinte interrogação: por que alguns adolescentes, na contemporaneidade, compõem a nova inscrição no laço social com base na violência e ou criminalidade?

As autoras referem uma *ética do direito ao gozo*, um imperativo do gozo, que é inerente ao capitalismo do consumo. Sendo assim, o sujeito se vê refém do gozo infinito e mortífero, que o incita a atos de agressividade contra si ou contra o outro. As mesmas questionam: seriam esses atos soluções sintomáticas na adolescência? Sua hipótese é pensar o saber do crime como um Outro que garante uma resposta e uma inscrição no laço social, uma resposta ao furo da estrutura, pois o Outro do crime ofereceria um sistema normativo que funcionaria como regulador ao real pulsional em jogo na puberdade.

Como proposta de direção das intervenções do psicanalista no campo da socioeducação com esses sujeitos, Guerra et al. (2012) apostam numa ação de reescrita do gozo do adolescente, que implica em caminho duplo: de um lado,

²² Tese de doutorado disponível na página: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94410/000386935.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

implicá-lo em sua resposta ao não saber-fazer com o real sexual; por outro, implicar a civilização diante dos recursos que dispõe para remendar sua trama simbólica enfraquecida. Tal aposta consiste em fazer com que o sujeito, sem extraviar-se de seu desejo, possa escrever, como resposta, um novo modo de lidar com ele. E foi nessa direção que a equipe do Programa trabalhou com Vini, ainda que sem saber dizê-lo dessa forma.

A hipótese da supressão da adolescência marca uma diferença em relação à ideia desenvolvida por Calligaris (2000), a partir de Erikson (1987), de que aos adolescentes é dada uma moratória social. Ao adolescente da ralé certamente não. No trabalho socioeducativo, cujo público, em sua imensa maioria, vive em situações sociais críticas, não se pode ignorar as diferenças entre as adolescências de classes privilegiadas e as adolescências da ralé. Falar em um curto-circuito da adolescência remete ainda a essa outra temporalidade da vida nas ruas – “Dias de sobrevivência”,²³ como escreve Vini. Por isso, lança-se como questão a ser considerada no âmbito da socioeducação. Porém, nem todos os jovens envolvidos com atos infracionais terão tido suprimida a adolescência. Para alguns, o ato infracional estará diretamente ligado à travessia da passagem adolescente, seja como ato de rebeldia, como mencionou Rodolfo (2008), seja como experimentação na busca por um lugar no social. Aos adolescentes da ralé, a quem o próprio Estado nega um lugar de pertença discursiva que não seja o de estar à margem, ou o de *periculosidade*, como referem Rosa e Vicentin (2012), restam-lhes poucas opções de semelhantes com os quais identificar-se. O grupo de amigos poderá ser, nesses casos, uma *facção* do crime organizado, ou aqueles que se reúnem para usar drogas, ou o dos moradores de rua que chegaram primeiro na praça. Vini escreve que procura circular em paz por todos os espaços, mas pergunta-se onde ele se encaixa, ou seja, a qual grupo pertence.

Vimos que é através da inscrição numa filiação que o adolescente irá conhecer sua história e apropriar-se dela. Os lugares parentais se recolocam no social. Assim, adolescentes como Vini costumam “se fazer abandonar” e ou “se deixar violentar” em suas relações, seja com outros adultos, com os semelhantes ou com as instituições onde são atendidos. Estas, conforme destacamos em capítulo anterior deste estudo, vêm carregadas de uma história de assistencialismo e têm

²³ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2012/03/dias-de-sobrevivencia.html>>.

implícita ou explicitamente a função de proteger a sociedade de crianças e adolescentes tidos como potencialmente perigosos. Na socioeducação, referem Rosa e Vicentin (2012), há uma tendência à patologização dos adolescentes, tidos como *intratáveis* ou *irrecuperáveis*. Essa condição se coloca nas instituições de abrigo e de socioeducação a partir de um processo histórico, ou seja, toda a sociedade está atravessada por essas marcas. Isso, somado à precariedade de recursos para as políticas públicas, especialmente na área da Assistência Social, torna o trabalho de tais instituições muito difícil. É compreensível, portanto, que Vini não tenha se ancorado no abrigo, e que a equipe da FASE pouco tenha conseguido fazer por ele durante os meses em que lá esteve internado.

No Programa, que tinha em relação ao abrigo e à FASE a vantagem de não ter caráter obrigatório, nem de permanência (internação ou residência), nosso desafio era não cumprir a profecia de abandono. Um verdadeiro desafio, uma vez que os critérios do Programa acabavam sendo excludentes para adolescentes como Vini. Quando dizemos que os adolescentes ou as crianças “provocam o abandono”, nos referimos ao lugar transferencial em que eles colocam aqueles que tentam ocupar um lugar de cuidador ou responsável. Por terem uma referência de Outro que é de extremo desamparo, será desamparo o que sempre esperarão do Outro. Uma saída possível foi apresentada acima, na hipótese de Guerra et al. (2012): encontrar no saber do crime um Outro que ofereça resposta ao furo na estrutura, que garanta uma resposta e uma inscrição no laço social. Este caminho, entretanto, dificulta a possibilidade de emergir um sujeito desejante, pois não há alteridade na relação com o Outro não castrado do crime, que é mortífero e reproduz uma relação de alienação – de lugar de resto no laço social. Portanto, a fim de provocar alguma mudança nessa ou naquela relação do sujeito adolescente ao Outro, acreditamos na potência da escuta e das intervenções em transferência.

De acordo com Broide e Broide (2015), “O território da periferia expressa o processo perverso da globalização e se reproduz através da transferência que se dá no atendimento direto, na escola, na assistência social e na ação comunitária.” (p. 76). No trabalho junto a pessoas em situações sociais críticas – termo usado pelos autores para designar a população da ralé – os autores recomendam buscar, junto com o sujeito, quais são as suas ancoragens, aquilo que constitui os fios que o amarram à vida. Os autores indicam que é possível, através da escuta clínica, “mapear esses fios que se embrenham pelo território físico e psíquico” (p. 30),

pontuando que os atendimentos em políticas públicas devem se dar na comunidade, nas instituições, na família, e não apenas com o sujeito individualmente. Desta forma, é possível articular os fios na rede do desejo. A escuta que se dá na transferência trata de abrir caminho ao desejo de vida. Segundo os mesmos, a contribuição dos psicanalistas, no contexto das políticas públicas, é transmitir àqueles que trabalham no campo social a sustentação de uma ética na escuta dos sujeitos. No início deste capítulo, destacamos que a transferência, no contexto de nossa atuação no Programa e na própria elaboração deste estudo (que parte de uma construção de caso), não se dá exclusivamente entre psicanalista e sujeito escutado. A transferência atravessa o trabalho, em sua dimensão individual, institucional e coletiva, favorecendo, através dessa multiplicidade, a criação de trajetórias singulares alternativas.

Em relação ao trabalho com adolescentes em contextos de violência, Broide e Broide (2015) *atentam para a necessidade de fazer circular a palavra*.

Colocar palavras é nomear conflitos, expressar dificuldades e desejos, é sentir a dor da perda e se deparar com o desamparo. É também encontrar o próprio talento, viver o encontro criativo com o outro, é a possibilidade da arte, do conhecimento, da subsistência econômica e da construção de um projeto de vida. [...] A palavra, tal como agulha e linha, tece o encontro entre as pessoas e permite a construção de caminhos alternativos. (p. 77)

Quem sabe Vini, utilizando-se não apenas na palavra dita, mas também da escrita, tenha conseguido tecer encontros com outros mais acolhedores, construindo ancoragens, e tenha conseguido assim, traçar uma outra forma de posicionar-se diante do Outro.

4.4 Rádio 1.4.9. Icarai Taquari: o sujeito do blog

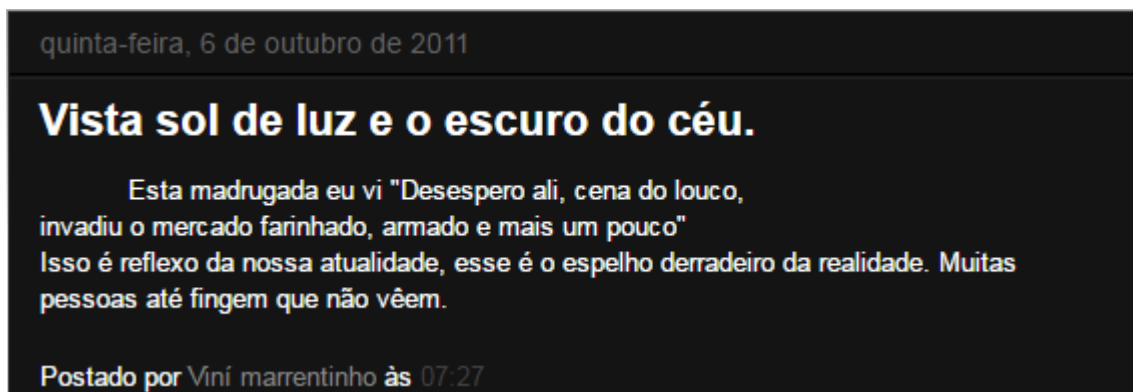


Figura 7. Blog do Vini, em postagem do dia 6 de outubro de 2011²⁴

Do meu receio de que aqueles escritos do caderninho vermelho virassem fogueira, e do desejo dele de que suas palavras alcançassem um número maior de leitores, surgiu a ideia de criarmos um *blog*, no qual Vini continuou postando textos até o último dia em que apareceu na instituição, já egresso do Programa. Suas primeiras publicações não eram de sua autoria, mas clipes e letras de músicas selecionados por ele, tais como "Salve-se quem puder", do *rapper* brasileiro Dexter.

²⁴ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2011/10/vista-sol-de-luz-e-o-escuro-do-ceu.html>>. Acesso em: 8 jan. de 2017.

quarta-feira, 3 de agosto de 2011

salve-se quem puder...

Levantar-se-á Nação contra Nação e Reino contra Reino
Haverá grandes terremotos, epidemias e fome em vários lugares
Coisas espantosas e também grandes sinais do céu.
Salve-se quem puder, se puder, seja lá quem for, homem ou mulher
O mundão ta louco, se afundando aos poucos, Futuro obscuro, vivemos no sufoco.
Pai que mata filho, filho mata pai
Quem vai interferir, diz pra mim, quem que vai?
Desacreditar, nem pensar, só naquela
Moleque é morto a tiros na favela.
Seqüela de uma vida sofrida
Vívida na miséria, sem perspectiva
Crianças fumando craque, perdendo tempo
Nas ruas da cidade, andando ao relento
Eu lamento e tento entender o porquê
Não querem viver, preferem morrer
Se matar, será que é a solução?
Não, não posso acreditar nisso não
Imão, eu daqui assisto só desgraça
Vejo o ser humano se matando de graça
Na praça, já não faz sentido andar
As rosas murcharam, contaminaram o ar
Nas casas os portões, só vivem trancados
Os carros dos milionários, são blindados
Hoje em dia, ninguém confia em ninguém
Parceiro mata parceiro por malote de cem.

Postado por Vini marrentinho às 07:35

Figura 8. Blog do Vini, em postagem do dia 3 de agosto de 2011²⁵

Os versos de Dexter descrevem uma realidade que é vivida no contexto da ralé problematizada por Souza e Grillo (2009). Os autores consideram destino de classe a miséria e a falta de perspectiva, enquanto o sistema capitalista, apoiado por discursos moralistas de igrejas e alguns discursos científicos, tenta nos convencer de que o sucesso ou o fracasso só dependem do indivíduo. São também os valores morais pautados especialmente pelo cristianismo e o discurso científico de normalidade que se refletem na expectativa sociocultural a respeito da adolescência, e, conseqüentemente, nas ações do Estado. A desesperança

²⁵ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2011/08/salve-se-quem-puder.html>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

retratada no *rap* de Dexter é reforçada pela descrença na justiça, “quem vai interferir, diz aí, quem vai?”, vivenciada por Vini e narrada em outra de suas publicações, a qual deixaremos para mais adiante.

Deste rap de Dexter, Vini identificava-se com o “filho”, com o “moleque”, com “as crianças”, e com “as rosas” – com tudo o que morre ou mata (“Não querem viver, preferem morrer/Se matar, será que é a solução?”). Mas, no fundo – apostávamos – queria ser o narrador, aquele que canta a desgraça para não desacreditar, que enfrenta a violência com poesia, aquele que quer entender. E, para entender, é preciso viver.

Diante de tantas insuficiências – da história incompleta de Vini, das informações desencontradas, de sua presença incerta, da rede, das instituições, da família – oferecemos o que tínhamos: escuta, aceitação, suporte, espaço físico, comida, aposta em suas potencialidades, acolhida. Através da escrita no blog, entretanto, Vini conseguia comunicar-nos algo de sua vida.

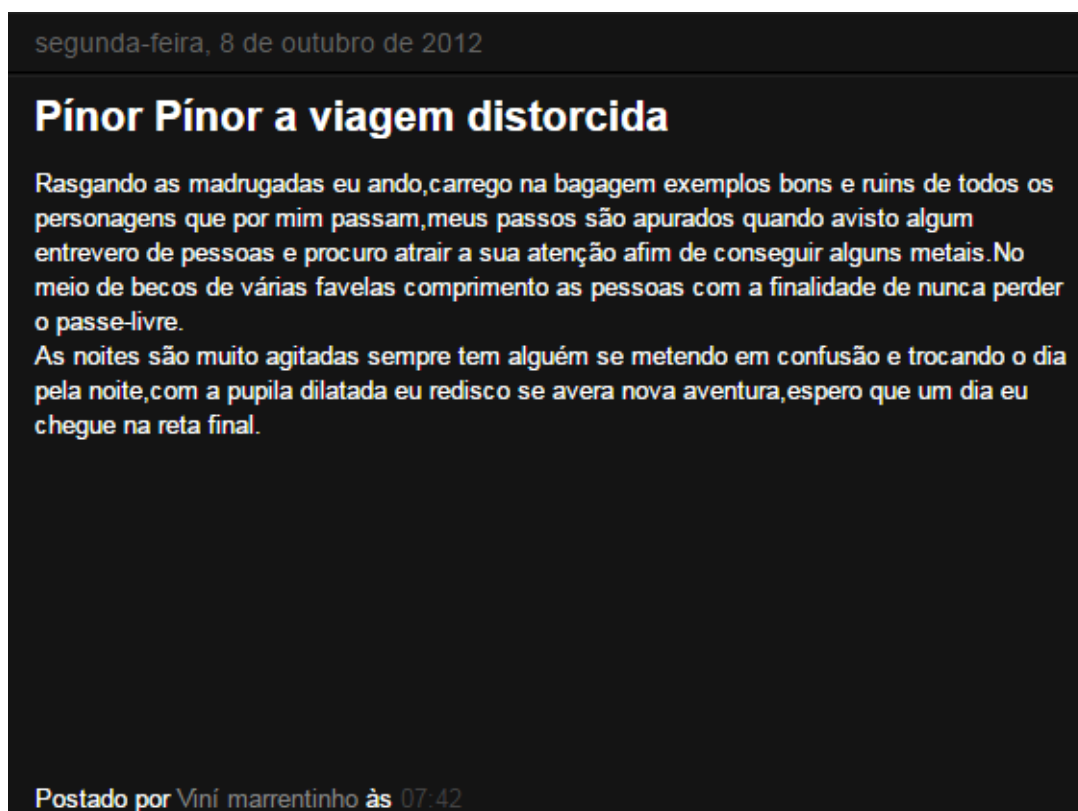


Figura 9. Blog do Vini, em postagem do dia 8 de outubro de 2012²⁶

²⁶ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2012/10/pinor-pinor-viagem-distorcida.html>>.

Nesse texto, ele tenta construir seu lugar no mundo, teoriza um pouco sobre o que o levou (ou o que leva as pessoas) à vida na rua, sobre o que é necessário para sobreviver na rua, até escrever um pouco de sua história, regressivamente dos caminhos recentemente percorridos até o seu nascimento. Temos aqui uma construção importante, fruto de um trabalho de fala e de escrita. Pode-se ler nas mesmas o conflito da passagem adolescente de Vini, a busca por seu lugar no social.

Douville (2010) atenta para a importância da relação dos jovens com a rua na constituição do sujeito: “A rua ‘traduz o jovem’ na medida em que ela é traduzida por ele, assim como o são o bairro e, mais adiante, a cidade.” (p. 330). Entretanto, a respeito da errância adolescente, esse vaguear pelas ruas que não alcança essa tradução – a simbolização da experiência vivida –, o autor nos alerta: “O exterior engolfa e aspira, enquanto não se constituiu um espaço seguro. Contrariamente ao que gostaria de fazer crer a idealização romântica, a errância não é um caminho de liberdade [...]” (p. 335). A errância é, segundo o autor, um sofrimento alarmante:

Dentre os sofrimentos que podem levar um jovem a nos alarmar e, na maioria das vezes, a alarmar os outros jovens, a errância vem em primeiro plano. Ela demanda uma atenção particular, pois, ao invés de construir um sintoma a decifrar, a errância deve, antes, ser situada como uma falta de inscrição e, mais especificamente ainda, como a impossibilidade do sujeito para superar uma falta de inscrição que concerne a seu ser e também à sua filiação. (Douville, 2002, p. 77)

Teria Vini superado a errância e encontrado uma relação com a rua através da prática de ato infracional, como sintoma ou ponto de ancoragem? Seu desafio, naquele momento, era traduzir-se de outra forma na relação com a cidade e a sociedade. Vini expressa a busca de uma ancoragem mais acolhedora no Outro.

Mas ele não se pergunta somente pela origem. Quer saber também do futuro, e é ambivalente ao perguntar-se sobre isso. No verbete anterior, “redisco se haverá nova aventura, espero que um dia eu chegue na reta final”, existe a esperança de estar vivo no futuro, mas também o desejo de que o final esteja logo ali, almejando a “reta final”. Mesmo quando fala da derrota judicial e familiar (texto reproduzido a seguir), com profunda mágoa, escolhe uma letra de música que o coloca como o morto (“indicado ao Oscar de melhor ator no próximo velório no papel de finado”), mas diz que a marca da derrota o acompanhará até a velhice, ou seja, há a expectativa de chegar vivo até a velhice... mesmo que seja para guardar uma

mágoa. Não é esse um jeito de manter uma família, afinal? Guardando mágoas e dores, ou mesmo o traço de um vírus?

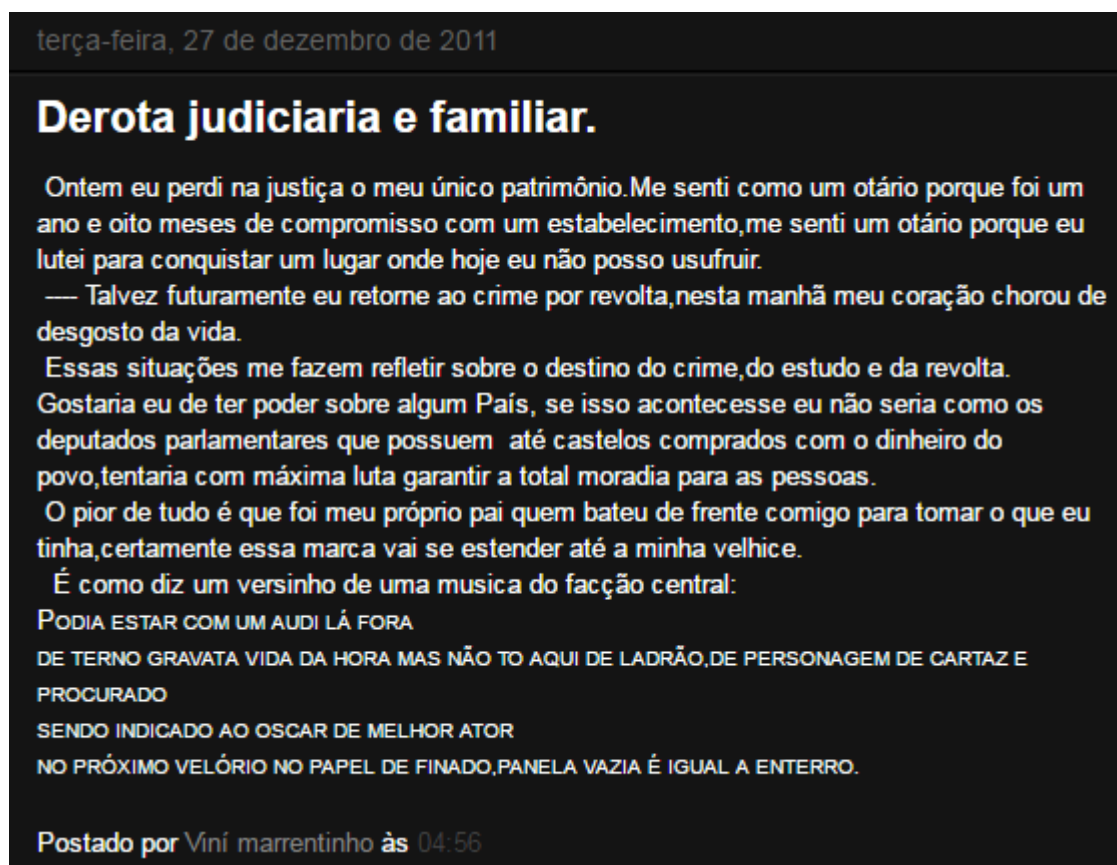


Figura 10. Blog do Vini, em postagem do dia 27 de dezembro de 2011²⁷

Na primeira vez em que Vini foi à justiça como sujeito a reivindicar seus direitos (uma posição diferente da de réu/interno da FASE – cujo destino é determinado pelos técnicos e pelo juiz –, e da de objeto-criança, cujo destino é decidido pelos adultos), foi para tentar recuperar o “puxadinho” construído com seu próprio dinheiro (proventos da bolsa-auxílio paga pelo Programa), que lhe fora tomado pelo pai, o qual, mais uma vez, o expulsou de casa. Tanto tempo para construir, tão pouco tempo para desabar.

Não é fácil não ter um lar, mesmo para quem diz ter a rua impregnada na pele, como ele mesmo explicou. Vini morou na rua dos 13 aos 16, até ser recolhido à FASE para cumprir medida socioeducativa de privação de liberdade. Foi uma proposta da equipe do Programa acompanhá-lo à Defensoria Pública para

²⁷ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2011/12/derota-judiciaria-e-familiar.html>>.

reivindicar seu direito à moradia. Na ocasião, ao escutar o relato de que a peça da casa montada com o dinheiro de Vini era dentro da casa do pai e não uma outra construção no mesmo terreno, o Defensor explicou que seria mais difícil ganhar a causa de Reintegração de Posse, mas decidiu-se abrir o processo assim mesmo, entendendo a importância que tinha para Vini esse pedido, e na expectativa de que pudesse se gerar ao menos um acordo. Porém, diante do exposto pelo Defensor naquele primeiro encontro, Vini sentiu-se já derrotado. Passaram-se quase dois anos até a data da audiência, para a qual foi chamada a educadora da equipe do Programa como testemunha; no entanto, nem Vini nem seu pai compareceram, e o processo terminou sendo arquivado.

Por que Vini deu-se por derrotado e optou em não comparecer à audiência, mesmo sabendo que o acompanharíamos? Receio de encarar o pai, talvez? O entendimento de que a causa já estava perdida? Ou uma descrença na justiça? Guerra et al. (2016) desenvolvem uma reflexão acerca da sensação de defasagem entre a ordem legal e a justiça, e sua relação com a violência nas periferias de grandes centros urbanos. A partir da escuta de adolescentes envolvidos com o tráfico, os autores constataram que, em seu discurso, os mesmos apresentam uma crença na possibilidade da “lei verdadeira”, porém, há uma descrença em sua realização, apontando para uma impotência do Outro em instituir e sustentar processos de regulação social. A experiência da descrença advém do desamparo originário da própria linguagem, e é reforçada a partir das arbitrariedades na efetivação dos processos regulatórios. A impotência do governo e da polícia em instituir uma ordem pacificadora sem fazer uso da força violenta, desordenada e arbitrária, superpõe-se à impossibilidade de efetivação da justiça pela lei.

O uso da violência por parte do Estado em nome da lei e sua arbitrariedade não seria uma particularidade das periferias brasileiras, mas um fenômeno de cujas bases Derrida e Benjamin davam pistas a partir da relação ou falsa oposição entre jusnaturalismo (baseado na lei moral) e juspositivismo (baseado na tese de que a verdade só se encontra no texto da lei). Segundo a leitura de Guerra et al. (2016), Derrida afirma que a lei do direito depende do reconhecimento racional do universalismo da lei natural, e que é a validade da norma que justifica a violência como exercício legítimo da autoridade. Já Benjamin, de acordo com Guerra et al. (2016), parte das contradições entre direito natural e direito positivo: enquanto o primeiro busca seu fundamento na justiça dos fins, o segundo o faz na legitimidade

dos meios. Um dogma básico, porém, é comum a ambos: o de que fins justos podem ser obtidos por meios justos, bem como meios justos podem ser empregados para fins justos. Em ambos os casos, a violência (do Estado) estaria justificada e naturalizada (Guerra et al., 2016). Segundo os mesmos autores:

A suspeita ou a descrença na lei denuncia, por outro lado, uma ilusão ou impostura nessa forma idealista de conceber a relação da lei com a regulação social. Constatase não apenas que a lei é falha em sua aplicação concreta, mas que também é geradora de violência, morte e exclusão. (p. 84)

Desde a psicanálise, os autores afirmam que a dimensão da lei funciona, ao mesmo tempo, como reguladora e instância capaz de interditar impulsos criminosos, bem como o que possibilita e dá ocasião ao crime. A violência, então, que em geral é vista como perversa e condenável, é necessária e desejável quando apoiada no princípio de preservação da lei (Guerra et al. 2016). No contexto brasileiro, segundo levantamento²⁸ do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Forum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), à idade de 21 anos, as chances de jovens pretos e pardos, que representam a maior parte da população pobre no Brasil, morrerem por homicídios são 147% maiores do que de jovens de outros grupos étnicos. Esses dados remetem à estigmatização dos jovens da ralé, tidos como perigosos para o restante da sociedade, e diferentes perante a lei. Embora seja uma prerrogativa legal que sejamos todos iguais perante a lei, e o ECA tenha sido um marco legal para a proteção das crianças e adolescentes da ralé, o balanço do IPEA e FBSP aponta para um alto índice de mortes desse perfil populacional causadas por ações de agentes de segurança pública, embora tais ações letais sejam subnotificadas. A sociedade brasileira que clama por segurança associa, em seu imaginário, a presença de adolescentes pobres, pretos e pardos à periculosidade, aceitando, assim, sem estranhamento o elevado percentual de homicídios desses.

Em seu *blog*, Vini também reflete acerca da arbitrariedade da violência preservadora:

²⁸ Mapa da Violência 2016.

quarta-feira, 19 de outubro de 2011

17 de outubro de 2011 1:47 am 17 graus.

Era começo de madrugada e passei pela rua do shopping quando vi um adolescente que aparentava ter entre 15 e 17 anos de idade, ele estava com um pé descalço e de camisa e bermuda.

Quando eu vi aquela cena na hora eu fiquei pensando porque um dia um PM negro veio me embaçar e disse para eu me por no meu lugar, eu vejo os manos nessas condições, não dá sera assim que eu deveria estar? "60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros, talvez a violência, submissão, crime ou as drogas empurrarão aquele adolescente para a beira do precipício, talvez a história dele seja semelhante a minha ou talvez mais sofrida, mais difícil.

Postado por Vini marrentinho às 05:41

Figura 11. Blog do Vini, em postagem do dia 19 de outubro de 2011²⁹

Nesta postagem, ele retrata a injustiça da violência de Estado, que embasa a descrença de tantos jovens de periferia na justiça e na aplicação da lei, e que motiva muitos à prática de atos infracionais. Na cena aqui descrita, vemos a criminalização da pobreza, conforme problematizamos em capítulo anterior (Capítulo 3 – “Adolescente, sujeito de direitos e de deveres”). Um adolescente negro descalço caminhando perto de um shopping center à noite representa o sujeito “potencialmente perigoso”, e pode ser abordado pela polícia a qualquer momento. Afinal, shopping centers são para pessoas que têm dinheiro para consumir e que seguem determinado padrão de comportamento e vestimenta, o qual as diferencia da ralé.

Outro fator presente nesta postagem de Vini é o oprimido reproduzindo a opressão. No caso, o policial negro, para afirmar o lugar social conquistado, precisa oprimir o seu semelhante, um jovem negro, dizendo: “Te põe no teu lugar”...

Neste sistema tão perverso no qual a política pública de socioeducação está inserida, o que pode haver de socioeducativo? Como escutar um adolescente envolvido com o crime? O que pode fazê-lo acreditar que, se seguir as normas da lei, a justiça estará ao seu lado? E seria esse o caminho da socioeducação, ou mais

²⁹ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2011/10/17-de-outubro-de-2011-147-am-17-graus.html>>.

bem ofertar outras linhas, possibilitar-lhes experimentar outras tessituras para suas vidas?

Talvez nós – equipe do Programa – tenhamos nos precipitado ao levar Vini a procurar a Justiça em busca de seu direito à moradia. A situação, da maneira como ele a tomou, só reafirmou sua descrença. Mas queríamos que ele soubesse que ele pode estar do outro lado na sala de audiências, queríamos que ele soubesse que ele é sim, sujeito de direitos! Na teoria, no texto da lei, ele é. Mas o direito não é tão positivo assim. Na vida em sociedade, Vini ainda era um sujeito potencialmente perigoso... porque negro, porque pobre, porque descalço ou não, ousava caminhar à noite em frente a shopping centers... então, se “pôr-se em seu lugar” é negar-se o direito de ir e vir, este lugar Vini não aceitou.

Guerra et al. (2016) consideram que a proliferação da violência não se deve a uma carência de inscrição simbólica da lei na subjetividade, tampouco à impotência do Estado, ou a uma falha da Lei na regulação dos modos de gozo e dos corpos, destacando a centralidade dos aglomerados urbanos “nos processos de produção, na ação do Estado, na oferta de mão de obra e no interesse direto do mercado imobiliário em territórios urbanos valorizados” (p. 82). A Lei sempre falha em sua função regulatória, é falha para todos, não há representação ou interdição que pacifique o corpo plenamente. No entanto, o que sua pesquisa constata é que, para esses jovens, é a justiça quem erra em todos os casos, e faz-se necessário repará-la com outro ordenamento, o qual os adolescentes nomeiam “lei da favela”. Ou seja, os jovens da favela têm um modo idealista de conceber a relação da lei com a regulação social, como se fosse possível a lei não falhar, por isso a sensação de descrença ou suspeita.

Para os autores, a falha da lei da linguagem é uma condição civilizatória, e é como se os jovens do tráfico denunciassem essa falha originária buscando suturá-la à força, com a violência explícita que dá sustentação à sua normatização – a normatização do tráfico, ou “lei da favela” (Guerra et al., 2016, p. 92).

4.5 Desdobrando o tecido social: a classe da ralé

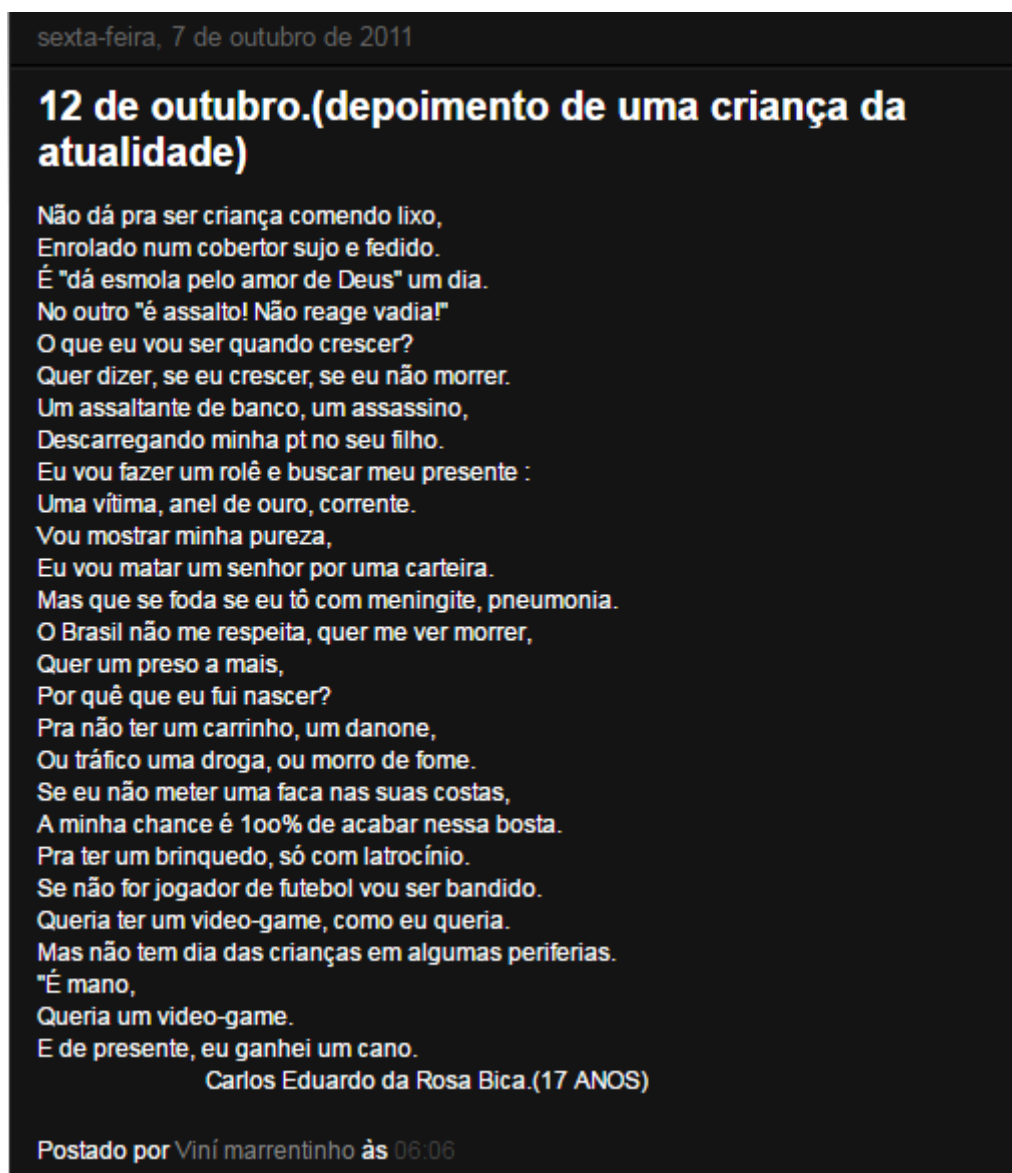


Figura 12. Blog do Vini, em postagem do dia 7 de outubro de 2011³⁰

Nesta pesquisa, nos propomos a pensar os destinos adolescentes para além da subjetividade individual, ampliando o olhar para o contexto que a produz. Assim, nosso foco vai do destino individual à noção de *destino de classe* (Souza, 2009). Tomaremos o adolescente em conflito com a lei como um adolescente da *ralé*.

Conforme vimos anteriormente, Rodolfo (2008) afirma que o adolescente não se sente representado pela cultura. Agora pensemos: no caso do adolescente da

³⁰ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2011/10/12-de-outubrodepoimento-de-uma-crianca.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

ralé, não estaria esse “não sentir-se representado pela cultura” também associado a uma questão socioeconômica? Há uma cultura produzida por um capitalismo que apela para o consumo de produtos cada vez mais caros e revestidos de promessas que exercem sobre os adolescentes um forte apelo comercial – juntamente com a frustração de serem inacessíveis.

De onde vem essa cultura? O que influencia a sociedade nessa direção? De acordo com Souza (2009), nas sociedades modernas essa influência é realizada por instituições impessoais, em especial o mercado e o Estado. Tais instituições estimulam certos comportamentos e “virtudes” e condenam outros, estigmatizando-os. Assim, “criam” certo tipo de indivíduo e de comportamento, e “condenam todas as outras formas possíveis ao esquecimento e ao estigma social da pré-modernidade, do delinquente e do marginalizado” (p. 109). Tal concepção de mundo moral acaba se naturalizando, pois dificilmente refletimos sobre os valores que nos são dados a repetir. Geralmente, os repetimos sem tomarmos consciência disso.

Nas sociedades modernas, não basta ter dinheiro, é preciso ter prestígio e reconhecimento social. Souza (2009) denomina “capital cultural” a possibilidade de incorporar conhecimento útil “que passa a marcar a fronteira entre o sucesso e o fracasso social para todas as classes sociais e todos os indivíduos” (p.120).

[...] como o acesso ao conhecimento útil exige toda uma “economia emocional” peculiar para que o indivíduo possa efetivamente “in-corporar” — literalmente tornar “corpo” e automática uma série de pressupostos emocionais e morais que precisam ser antes aprendidos — o conhecimento, a separação entre sucesso e fracasso social vai tender a ser demarcada pela fronteira entre aquelas classes sociais que têm acesso a essas possibilidades de incorporação efetiva e aquelas que não possuem as chances efetivas dessa mesma incorporação. (Souza, 2009, p.120)

Produz-se como efeito disso uma desigualdade classística, mascarada pela ideologia da meritocracia, segundo a qual a desigualdade é “justa” quando reflete o “mérito” diferencial dos indivíduos.

Para Rosa (2002), esses jovens (que neste estudo identificamos como “da ralé”) são sujeitos excluídos do acesso aos bens e aos modos de gozo próprios do sistema econômico neoliberal, os quais vivenciam um desamparo discursivo caracterizado pela fragilização das estruturas discursivas que suportam o vínculo social. No caso dos “meninos de rua”, por exemplo, “aliam-se aos inúmeros tipos de desamparo a falta de atribuição de um lugar no ideal social e a perda de um

discurso de pertinência" (p. 2). Diante disso, como opera o psicanalista? Como escutar esses sujeitos? A autora refere que esses contextos nos exigem posicionamento ético e político:

A escuta psicanalítica é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social; para se efetivar, implica um rompimento do laço que evita o confronto entre o conhecimento da situação social e o saber do outro como um sujeito desejante. Dessa escuta, principalmente quando o sujeito se revela enquanto tal, como um dizer, não se sai isento – um posicionamento ético e político é necessário. (Rosa, 2002, p. 8)

Nos contextos sociais críticos, a autora refere que o analista tende a defender-se do horror ao encontro com o estranho, lembrando que, se para Freud a resistência estava sempre do lado do analisando, Lacan a situou do lado do analista. Escutar a população da ralé e deixar de ignorar a ordem social da qual usufruímos apesar e por causa da desigualdade social que a mantém está de acordo com a proposta de Rosa (2002): “[...] Nestas situações, a escuta supõe romper com o pacto de silêncio do grupo social a que pertencemos” (p.7-8). A autora propõe que, quando o analista escuta o sujeito supondo a presença do outro desejante, sua resistência é usada como contorno organizador do gozo sem limites. O limite do fantasma que suporta o analista determina o limite do relato, até onde o dizer pode ser compartilhado como experiência, e não como puro gozo no sofrimento. Abre-se, aí, a possibilidade da emergência do singular, e de fazer circular a posição do sujeito no discurso atrelado à lógica de mercado, a partir da articulação da cadeia significante. Eis a potência da escuta clínica nos contextos sociais críticos.

terça-feira, 24 de julho de 2012

Coração de papel reciclavel

A casa dos meus sonhos é feita de ilusão,retorcida na realidade deste louco mundo, admiro a ousadia de certos e a incerteza de outros,grande amor eu perdi,talvez estilo dama e vagabundo separados pela distração apimentada com um pouco de argumentos,só por hoje decidi viver o que me sucede as ruas aonde respeito diurno é autoritário e noturno é pra quem tem,as vezes me bate a autodescoberta de um fracasso passado pelo relógio que gira no sentido inverso mostrando somente os segundos do caminho perseguido,risos, choros e um pouco de desaponto,conheci o Ópio,o vicio,a boca do lixo,o que não é certo,a morte de perto e a satisfação de quem colhe tomate estragado no final da feira,nem todos nascem em berço de ouro,eu nasci em um de papel reciclado pelo tempo...

Postado por Vini marrentinho às 06:02

Figura 13. Blog do Vini, em postagem do dia 24 de julho de 2012³¹

Este é um dos textos mais marcantes que Vini postou em seu blog. Condensa sua história, suas reflexões, sua condição de adolescente e de classe da ralé, a violência do lado do Estado (“respeito diurno é autoritário”), a violência das ruas (“e noturno é pra quem tem”), seu sofrimento, o flerte com a morte, e o estilo da escrita que me fascinou e inspirou para este estudo. É também onde aparece uma das poucas referências à sexualidade em seus textos. A vivência do encontro com o Outro sexo que vai do “grande amor” à “distração apimentada” é, em todo caso, um desencontro experimentado como perda. A possibilidade de escrever certamente teve função para Vini, mas como opera essa função é uma pergunta que deixaremos para estudos futuros...

Eu mencionei que esse caso foi emblemático para toda a equipe do Programa, pois levou-nos a sustentar algumas decisões que diferiam das orientações legais do mesmo. Naquele contexto de trabalho, escutar cada adolescente em sua singularidade parecia, frequentemente, um ato de resistência. Em muitos atendimentos, não só no caso de Vini, sentíamos-nos de alguma forma transgredindo, por não aceitar critérios e valores excludentes, que desconsiderassem a história de cada um. Transgredíamos o sistema, as orientações do governo, algumas regras da instituição de traços historicamente conservadores e disciplinadores onde o programa era executado. Refiro-me, em especial, aos critérios de permanência e objetivos concretos do Programa,

³¹ Fonte: <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2012/07/coracao-de-papel-reciclavel.html>>.

indicadores de “sucesso” que garantem sua continuidade. Manter Vini vinculado ao Programa mesmo fora do abrigo, fora da escola, e sem possibilidade de frequência em curso ou emprego formal foi uma aposta que fizemos no sujeito, apesar de, com isto, prejudicarmos os “indicadores de sucesso” do Programa.

Fizemos o mesmo em relação a Luis, um adolescente que passou duas vezes pelo Programa, pois, quando ainda estava traçando seu percurso no mesmo, voltou para FASE, cumprindo nova MSE de internação, da qual, ao sair, optou em retornar para o Programa. O acompanhamento desse adolescente envolveu intenso trabalho com a família, para que lhe desse suporte, e a inserção social através da profissionalização e de um trabalho que não exigisse escolaridade superior à sua. Frequentar a escola não fazia sentido para Luis naquele momento, desafiando novamente a equipe a sustentar um posicionamento contrário às diretrizes da política, ou seja, mantê-lo no Programa sem exigir-lhe frequência escolar.

Já no caso de Bruno, um adolescente que atendeu a todos os critérios exigidos pelo Programa, não foi preciso transgredir. O mesmo se inseriu em tantas atividades – escola, estágio, curso profissionalizante –, que sequer tinha tempo para ser escutado pela equipe. Ele não demandava atendimento, as demais instituições envolvidas não demandavam nossa intervenção, pois ele cumpria com todos os compromissos conforme o esperado, e nós, conseqüentemente, não identificávamos demanda para escutá-lo, uma vez que ele representava sucesso em todos os critérios definidos pela política pública de socioeducação como importantes para a “reinserção social” (sempre tive uma certa desconfiança com esses termos “re”). Pois Bruno, atingida a maioria, ao concluir curso, estágio, Ensino Médio, ser encaminhado ao mercado de trabalho formal e obter o desligamento do Programa por conclusão de todas as atividades, em seguida apareceu nas páginas policiais do jornal popular, preso por integrar uma quadrilha envolvida com o crime organizado de roubo de carros (o curso que ele concluiu foi de Mecânica Automotiva). Já escutei de Andrea Guerra, em conferências tais como a do último LEPSI,³² que os adolescentes mais envolvidos com o tráfico de drogas são os que cumprem suas Medidas Socioeducativas “de boas”, atendendo a todas as expectativas da política pública e da sociedade, pois assim passam despercebidos e

³² XI Colóquio Internacional do LEPSI (Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre a Infância) – Os sintomas na educação hoje: que fazemos com “isso”?, realizado de 20 a 23 de setembro de 2016 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG.

podem continuar na atividade do tráfico sem prejudicar o lucro nem os demais envolvidos. É exatamente como percebo a passagem de Bruno pelo Programa, embora este não seja uma Medida, mas é um programa socioeducativo vinculado ao fim da Medida, do qual ele soube tirar proveito. Talvez Bruno tenha ingressado no Programa com a ideia de afastar-se realmente da prática de atos infracionais, não sabemos, nem saberemos, pois não paramos para escutá-lo. Quando escutamos a Medida, e não o sujeito, corremos o risco de que isso aconteça. Se escutamos somente o que a política indica, trabalhando na linha da socioeducação prescritiva, produzimos Brunos e abandonamos Vinis e Luíses ao desamparo e ao estigma das ruas.

O Programa parte do pressuposto de que a “reinserção social” dos adolescentes “em conflito com a lei” se dá através de um único caminho: escolarização, profissionalização e inserção no mercado de trabalho. O campo da profissionalização, no caso da Fundação Pão dos Pobres, é restrito a cursos voltados para a atividade industrial, os quais têm uma exigência de escolaridade mínima que exclui muitos egressos da FASE da possibilidade de ingressar nos cursos. Há ainda outros fatores excludentes: para contemplar satisfatoriamente esses critérios, o Programa é pautado pelo entendimento de que o adolescente deve residir junto à sua família ou em abrigo, e manter-se em abstinência do uso de drogas e/ou álcool. Nem todos os adolescentes que ingressaram no Programa tinham esses objetivos. Alguns sonhavam com coisas diferentes, por exemplo, ser cantor, DJ ou MC, outros, mal conseguiam sonhar, pois encontravam-se em situação de risco, como era o caso de Vini. Como articular uma política pública com o desejo de cada sujeito?

4.6 “Na vida louca não se tem carinho”: a vontade incondicional de viver

Ver o pôr-do-sol e, por um segundo, sentir uma alegria enorme. Depois, uma espécie de medo sem pergunta e a tristeza crescendo fazendo crescer a vontade de morrer. Ou de viver ainda mais, com muito mais intensidade.

Caio Fernando Abreu

Para o trabalho na socioeducação, tomo como inspiração as palavras de Sousa (2007):

Quando temos nossos sonhos prescritos por um programa de vida qualquer, anestesiemos a turbulência inventiva e irruptiva do futuro. Produz-se aqui uma espécie de congelamento do tempo. Tal congelamento do porvir é uma estratégia de conter o medo, o pavor, a angústia, o horror do desconhecido. O desejo utópico, portanto, nos alimenta da coragem essencial do viver: aquela com a qual ainda seja possível reinventar um mundo dilatado e produzir novas configurações a partir do desequilíbrio das formas. Por isso, a utopia faz necessariamente ao mundo uma força de transgressão. Esta transgressão, evidentemente, não se conforma com a burocratização do amanhã. A utopia, muito mais do que uma enunciação positiva de um desejo levado a termo, aponta para o que fica interrompido neste processo. Aí está justamente seu valor. (p. 40)

Continuar ou não na vida do crime é uma pergunta que acompanha Vini, a qual, quando ele não dá conta de elaborar, convoca os artistas de que gosta, como é o caso da canção “Anjo da Guarda vs. Lúcifer”,³³ de Fação Central (2000). E a essa pergunta está associada a questão de sua origem, de sua história fragmentada e doída, como ele expressa em “coração de papel reciclável” e outras postagens.

Muitas vezes, quando um adolescente sai da FASE, o sujeito está aplastado pela opressão, pelo estigma de “infrator”, e pela falta de perspectiva futura. O processo de desligamento do adolescente da FASE é realizado com tantas exigências prontas, pautadas pelas expectativas do judiciário e do imaginário social, que não há espaço para o desejo. Mas, para que haja desejo, é preciso antes um sujeito, um sujeito desejante. O entendimento de que era preciso dar espaço para o sujeito advir foi o que fez a equipe apostar na permanência de Vini no Programa, a partir da relação transferencial que se apresentava à maneira dele, a cada dia em que ele retornava à instituição sem entendermos bem por quê. Depois de tê-lo escutado tantas vezes fantasiar sua própria morte trágica e precoce, na esperança de que, assim, a mãe sentiria sua falta e se arrependeria de tê-lo abandonado, pareceu-me uma grande virada quando Vini pôde afirmar seu desejo de viver. Nas palavras dele:

³³ <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2012/01/facao-central-anjo-da-guarda-vs.html>>. Acesso em: 10 jan. de 2017.

quinta-feira, 16 de janeiro de 2014

Hospede do carcere: missão calabouço triste

Somente com os teus olhos verás e contempla-rás o castigo dos ímpios, essas foram com certeza as últimas letras de panfleto evangélico que li antes da tempestade que eu nem imaginava que estaria por vir...

No último ano tive desprezo interior do tipo que você não gosta de nada e todos a sua volta estão errados, fui privado da minha liberdade por motivos circunstanciais em um curto tempo que pra mim pareceu longo demais, consegui superar mas me sentia como um morto vivo dentro de um caixão, sentimento profundo de tristeza que abriu um buraco na minha consciência, reví os meus conceitos e agora acredito que algumas ruas não devem ser percorridas porque podem acabar em beco sem saída ou em um córrego, vou deixar o sol bater no meu rosto pela manhã e sentir a água do mar antes que eu continue a derramar lágrimas que talvez não sejam enxugadas novamente, na vida louca não se tem carinho uns juntando dinheiro, outros juntando inimigos e eu? eu sigo a jornada com uma vontade incondicional: viver...

Postado por Vini marrentinho às 04:59

Figura 14. Blog do Vini, em postagem do dia 16 de janeiro de 2014³⁴

Lendo os escritos de Vini, não resta dúvida de que ele vinha passando por intenso processo subjetivo. Vini utilizou o recurso da escrita para criar, transgredindo de outra forma que não a do ato infracional. Foi também o processo criativo o recurso utilizado para fazer laço com os profissionais da equipe, fosse na forma de origami, de bicicletas de arame ou de seus textos. Do diário escrito em papel, um espaço íntimo, Vini partiu para o *blog*, espaço virtual público e portanto de inscrição no campo social, onde podia ainda tomar emprestadas palavras e canções de artistas que admira, com os quais se identificava. Houve um período em que suas postagens eram descrições metafóricas dos profissionais da equipe do Programa (como na Figura 1), ou considerações sobre sua relação com amigos, inimigos e estranhos da rua – transferências e ancoragens. Para que Vini pudesse dar a sua vida um rumo diferente do até então conhecido caminho do envolvimento com o crime, todo esse processo de resgate e ressignificação de sua história de vida e laços sociais era necessário, mas esse processo não cabe em prazos pré-definidos, pois depende do tempo do sujeito. A partir do ponto em que deixou o Programa, e a partir dessas últimas palavras publicadas em seu *blog*, pode ser que

³⁴ <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2014/01/hospede-do-carceremissao-calabouco.html>>.

Vini volte a estudar, pode ser que consiga um trabalho justo e honesto, mas também pode ser que volte a cometer crimes. A única certeza que temos, no entanto, é que ele deixou-se afetar pela experiência do Programa, ou seja, pelas relações transferenciais ali estabelecidas – com a equipe, com a instituição, com os outros jovens que por ali passaram –, assim como eu e meus colegas de equipe pudemos escutá-lo a partir de nossas relações transferenciais – com ele, com a instituição, com a política. E, em qualquer dos caminhos que Vini escolha, sua relação com a vida e o mundo – com o Outro – que o cerca já não é a mesma.

5 HÁ ENCONTROS NOS DESENCONTROS!

*A vida é a arte do encontro
Embora haja tanto desencontro pela vida*

Vinícius de Moraes

Quando Vini chegou ao Programa, uma série de outros programas e políticas públicas pelos quais passou ou deixou de passar já haviam falhado. Ele percebe isso, e portanto escreve sobre desigualdades sociais³⁵ e sobre políticas de transferência de renda;³⁶ refere que, se governante fosse, priorizaria a moradia para todas as pessoas;³⁷ publica dados sobre o acesso de jovens negros ao ensino superior.³⁸ É como se estivesse buscando explicações e soluções para a dura realidade que conheceu e da qual tenta sair.

Talvez a maior dificuldade do trabalho com adolescentes em conflito com a lei, nas políticas públicas voltadas à socioeducação, seja lidar com todas essas falhas anteriores e, ainda assim, enxergar no adolescente a possibilidade de desejar mudar – e de conseguir fazer diferente. O segundo desafio vem após escutar o adolescente e identificar suas demandas, quando percebemos que o Estado pouco oferece para proporcionar qualquer mudança de status quo. O destino da ralé, na maioria das vezes, é continuar na condição de ralé.

A história da socioeducação no Brasil, enraizada na história das crianças e adolescentes pobres que ocupam as ruas das grandes cidades, mostra como o discurso social predominante, que ainda impera na administração pública e em especial no que se refere à segurança pública, ainda carrega o peso dos enfeitados e o rigor do Código de Menores. Tal discurso segregacionista reforça a patologização da adolescência e a presunção de periculosidade no que se refere aos jovens de periferia, especialmente os negros e pardos. No Rio Grande do Sul, a FASE ainda é reconhecida por cidadãos, funcionários e adolescentes internos como FEBEM, apesar de o discurso jurídico expresso no ECA e no SINASE ter avançado

³⁵ <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2012/06/social-inequalitiesdesigualdades.html>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

³⁶ <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2012/01/rolex-e-mitsubishi-o-luxo-do-rico-e.html>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

³⁷ <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2011/12/derota-judiciaria-e-familiar.html>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

³⁸ <<http://cvinicius394.blogspot.com.br/2011/10/17-de-outubro-de-2011-147-am-17-graus.html>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

numa direção menos segregadora, oferecendo mais possibilidades de se olhar para o sujeito.

Lembremos que a política pública de socioeducação no Brasil está inserida no âmbito da Assistência Social, cuja origem é bem anterior à PNAS (MDS, 2005). O modelo filantrópico que inaugura as práticas no âmbito da Assistência Social no Brasil tais como as conhecemos hoje data de início do século XX, pós Lei do Ventre Livre e Lei Áurea. Como efeito dessas leis, proliferaram-se as rodas dos expostos pelo território nacional. Além das rodas que recolhiam bebês indesejados, não havia política pública que se ocupasse das crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social. Quem se ocupou deles não foi o Estado, mas a Igreja.

No âmbito da psicologia, ainda não havia uma teorização consistente sobre esse tempo subjetivo que já não é infância, mas ainda não é do adulto. Tampouco ocupava-se a psicanálise das populações que vivem em condições sociais críticas. Mas a psicanálise começa a ocupar-se dos processos psíquicos que acompanham as mudanças corporais da puberdade nesse mesmo período, quando Freud publica “Três ensaios para uma teoria sexual” (1905) e “Sobre a Psicologia do Colegial” (1914). Os textos freudianos exaltam a importância da figura paterna para a criança e o adolescente, figura que encarna o ideal a ser seguido e a autoridade da qual o jovem há de libertar-se, voltando seu olhar para novas formas de autoridade. A escolha de objeto de amor é outro processo adolescente, pautado pelas relações primordiais com os progenitores ou cuidadores.

A partir da implementação do ECA, do SUS e do SUAS, cada vez mais psicólogos e psicanalistas brasileiros passaram a atuar em políticas públicas vinculadas ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A escuta clínica sai dos consultórios privados e vai para as ruas, para dentro das comunidades mais carentes, e para espaços institucionais coletivos e multidisciplinares, sejam em instituições públicas ou instituições conveniadas, a maioria destas filantrópicas, as quais passaram por reordenamento para se adequar à nova legislação. São recentes, portanto, as produções teóricas sobre a atuação do psicólogo psicanalista na Assistência Social, na Saúde Pública, e na Socioeducação. Nós, profissionais, voltamos nossos estudos para além do estudo da psique humana. Fomos instigados a estudar legislação, história, sociologia, pois o que escutamos e observamos nesses espaços vai muito além da culpabilização ou responsabilização do sujeito, muito além de um diagnóstico de neurose, psicose, *borderline* ou perversão.

São recentes as políticas afirmativas que possibilitam aos jovens menos privilegiados ingressarem nas universidades. Até então, nós, psicólogos, possivelmente sentimos a necessidade de estudar tanto, também por nunca ter vivenciado a realidade daqueles que escutamos em nosso trabalho na rede pública. Essa realidade não é só de cada indivíduo, mas do território, com todos seus habitantes, suas características, os serviços e os trabalhadores que compõem a rede. Quando a escuta se dá no território, é preciso escutá-lo e conhecê-lo (Broide & Broide, 2015). E, como bem coloca Rosa (2002), não podemos ignorar o abismo social que nos aparta dos sujeitos que escutamos, pois aí habita nossa resistência.

Se, por um lado, a psicanálise oferece algumas respostas a respeito da psique humana, do processo adolescente, da relação deste com a lei, e as políticas públicas oferecem oportunidades de trabalho e escuta para os mesmos; por outro lado, adolescentes como Vini, que insistem em “não se encaixar”, põem em cheque as políticas públicas e devolvem perguntas às teorias psicanalíticas.

Vini foi o disparador para este estudo. Juntando sua história lado a lado com outros adolescentes, dos quais Bruno e Luís são exemplos, nosso primeiro questionamento foi em relação ao modelo socioeducativo que estava sendo proposto no Programa, o que nos levou à extensa e detalhada revisão da história da socioeducação no Brasil. Tal revisão mostrou-nos que a FASE ainda carrega o estigma de FEBEM, e esta, por sua vez, dá continuidade a um modelo institucionalizante que se iniciou na colonização, quando os jesuítas recolhiam crianças indígenas para ensinar-lhes a cultura espanhola. Observa-se, ainda, que o Código de Menores produz uma certa equivalência entre crianças e adolescentes em situação de rua ou pobres e autores de ato infracional, ao denominá-los todos de “menores”, tornando o jovem da ralé, especialmente se preto ou pardo, “potencialmente perigoso” (Rosa & Vicentin, 2012). Na linguagem popular, bem como em na grande mídia, essa equivalência ainda é vigente. Tal discurso é reproduzido pela mãe de Vini, a qual não consegue vislumbrar para o filho uma trajetória futura que não passe pelo crime, pela marginalidade, e/ou a morte precoce.

A partir de análises que foram além da evolução das leis e programas para adolescentes, chegando até o SINASE, atual documento orientador da socioeducação, percebemos que os princípios da lei não estão incorporados nas práticas socioeducativas e no discurso social predominante. Os adolescentes em

conflito com a lei, no Brasil, só chegam às medidas de privação de liberdade no sistema socioeducativo quando, além do ato infracional, carregam traços de pobreza. Percebemos, então, que há algo da condição social que diferencia a trajetória desses adolescentes.

Nosso estudo, que até então concentrava-se na psicanálise e nas políticas públicas relacionadas à socioeducação, ampliou-se para a sociologia, através do estudo da *ralé* conforme proposto por Souza (2009). Vimos que há uma configuração que os autores denominam destino de classe, desmistificando a hipótese popularmente difundida de que a desigualdade é apenas uma questão econômica, de pobreza financeira, e de que o brasileiro é alegre. A classe da *ralé* é caracterizada por uma pobreza simbólica, também destacada por Rosa (2002), pois há uma série de valores e ensinamentos que passam pela via afetivo-familiar, imperceptíveis aos olhos das classes dominantes, que tornam mais difícil a ascensão social mesmo ao jovem da *ralé* ao qual sejam ofertadas todas as oportunidades que um jovem de classe privilegiada tenha.

No campo psicanalítico, ao longo da construção do caso Vini, vimos que as produções teóricas a respeito da adolescência foram inicialmente desenvolvidas num contexto social privilegiado, e muito pautadas pela sexualidade que se anuncia no real do corpo com o advento da puberdade. Chegamos ao entendimento de que Vini estava sim, em sua *passagem* adolescente, porém seu processo mais importante foi a busca de seu lugar no social. Ele pergunta-se pela identificação com o outro quando vê os jovens se divertindo nas escadarias, pergunta-se sobre autoridade e autoritarismo quando sofre violência policial, pergunta-se sobre suas possibilidades futuras com e sem envolvimento com a criminalidade. Na tentativa de fazer furo no Outro autoritário paterno, furtava-lhe dentro de casa. No desespero, mas com esperança de encontrar ancoragens mais acolhedoras no Outro, vai para a rua aos 13 anos, e depara-se com autoritarismo policial e com o Outro alienante do crime. Aprisionado ainda ao discurso mortífero e ao único traço que carrega da mãe, coloca-se em risco fantasiando a própria morte. A internação na FASE coloca um freio nesses processos, e, embora volte a morar na rua e a cometer atos infracionais para sua sobrevivência, durante o período em que foi acompanhado pelo Programa conseguiu colocar-se numa direção mais desejante, encontrando pontos de ancoragem onde produzir um laço social menos perverso.

Entendemos que, no caminho entre flertar com a morte para atingir a mãe, e desejar viver incondicionalmente, Vini teve algumas viradas subjetivas. O processo de vinculação com a equipe foi uma primeira virada, quando aos poucos foi dando contorno à sua demanda por continuar no espaço do Programa e ser escutado. Esse momento é expresso no blog nas várias postagens sobre a equipe, as quais dizem de sua relação transferencial com cada profissional.

Outro momento importante foi quando ele começou a refletir sobre sua história de vida, escrevendo sobre seu passado, presente e dúvidas quanto ao futuro. Perceber o que de sua história poderia interferir em suas escolhas foi um primeiro passo para poder fazer diferente. Houve o momento emblemático da disputa judiciária com o pai, quando foi à justiça desde uma posição outra, como cidadão de direitos, deixando de ser apenas réu e percebendo-se adulto, já não tutelado por FASE ou instituição de acolhimento (abrigo). Embora tenha se sentido derrotado sem sequer ir à audiência, conseguiu expressar seu sentimento através da escrita, e ainda tentar enlaçar seu sofrimento com a possibilidade (ainda que remota) de transformar o entorno.

Todas essas viradas, entendemos que se deram em transferência com a equipe e a instituição Pão dos Pobres, e foram parte do acompanhamento de Vini pelo Programa. Por essa razão, entendemos nossa atitude subversiva de escutá-lo e decidir mantê-lo no Programa como uma direção possível no trabalho socioeducativo.

Como contribuição às políticas públicas de socioeducação, portanto, a psicanálise emerge como uma orientação possível. Mas, como lembra Silva (2014), que seja apenas uma possibilidade, pois, se passa a ser o discurso dominante, perde sua operacionalidade. O desafio é socioeducar efetivamente a partir de um Plano Individual de Acompanhamento, permitir que esse plano seja flexível, entendendo que é no processo de acompanhamento que o adolescente dará contorno a suas demandas, e exercer a proteção sem entretanto desconsiderar o sujeito.

Sabemos que a escuta analítica é sempre uma aposta, cujos efeitos não são previsíveis, mas observados a posteriori, portanto, não se trata aqui de elaborar um manual para a socioeducação, tampouco generalizar as constatações do caso Vini para outros adolescentes. Pretendemos, entretanto, estimular uma atitude mais atenta por parte dos trabalhadores da socioeducação, com foco em cada

adolescente e sua relação peculiar com o ato infracional. A MSE não pode ter foco exclusivo no ato infracional, sob o risco de não se escutar o sujeito. No entanto, tampouco deve-se focar exclusivamente no sujeito adolescente desconsiderando o contexto da Medida e de sua condição social de origem, sob o risco de cair na culpabilização ou patologização do mesmo.

Atentamos ainda para a importância de um posicionamento ético e político diante da dura realidade de seu público. Que as equipes possam sustentar planos de acompanhamento que fogem ao prescrito, quando identificarem que estão diante de um adolescente com demandas não previstas.

Os encontros de Vini com outros mais acolhedores, não apenas no Programa, mas também nas ruas onde buscava “se encaixar” e desenvolvia suas estratégias de sobrevivência, permitiram-lhe armar ancoragens mais acolhedoras no Outro. Os pontos de encontro que foram-se tecendo ao longo do acompanhamento de Vini pelo Programa foram possíveis porque se sustentaram no desencontro inicial (entre a proposta do Programa e a demanda do adolescente). Também os desencontros de sua trajetória foram importantes para que ele pudesse traçar outras direções em sua tessitura pelo social. Ora diante de um Outro opressor, estigmatizante, excludente, de desamparo, ora diante de um Outro mais acolhedor, Vini inventou suas estratégias e pôde se colocar numa posição desejante diferente da posição mortífera em que se encontrava.

Acreditamos que o ato de escrever, em especial no espaço do blog, que é público e virtual, tenha feito função para Vini, mas investigar a função da escrita leva a caminhos que deixaremos para percorrer em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- Backes, C. (2011). Família e Estado: o adolescente e as instituições de autoridade. In Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.). *Autoridade e violência* (pp. 35-46). Porto Alegre: APPOA.
- Birman, J. (2006). Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade. In Cardoso, M. & Rezende, M. (Orgs.), *Adolescentes* (pp. 25-43). São Paulo: Editora Escuta.
- Borges, J. L. (2007). *Esse ofício do verso*. São Paulo: Schwarcz, 2007. (Original publicado em 1967).
- Broide, J. & Broide, E. E. (2015). *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia e intervenções*. São Paulo: Escuta.
- Calligaris, C. (2000). *Folha explica: a adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Castel, R. (1994). Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In Lancetti, A. (Org.). *SaúdeLoucura* – 4 (pp. 21-48). São Paulo: Hucitec.
- Cerqueira, D., Ferreira, H., Lima, R. S. D., Bueno, S., Hanashiro, O., Batista, F., & Nicolato, P. (2016). *Atlas da violência 2016*.
- Coimbra, C., Bocco, F., & Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11. Recuperado em 8 de janeiro de 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília: CONANDA.
- Cruz, L. R. (2006). *(Des)Articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Cruz, L., Hillesheim, B., & Guareschi, N. M. D. F. (2005). Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 42-49.
- Decreto n. 46.706 (2009, 23 de outubro). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- Douville, O. (2002). Fundações subjetivas dos lugares na adolescência. In *Revista da APPOA*. Porto Alegre, n. 23, 76-89.

- Douville, O. (2010). A errância como difícil tradução de si na cidade moderna: perspectivas clínicas e antropológicas. *Revista eletrônica Trivium*. Rio de Janeiro, ano II, ed. I, 329-339. Recuperado em 5 de agosto de 2015, de <http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-ii/conferencia/conf-a-errancia-como.pdf>.
- Dumézil, C. (1989). Les raisons d'un seminaire. In *Le trait du cas*. Paris: Point Hors Ligne.
- Erikson, E. H. I. (1987). *Juventude e crise*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 7, n. 1, 75-86.
- Freud, S. (1996). A dinâmica da transferência. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (2007a). Consejos al medico en el tratamiento psicoanalítico. In *Obra Completa 3 volúmenes. Tomo II*. (pp. 1654-1674). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (2007b). Introduccion al narcisismo. In *Obra Completa 3 volúmenes. Tomo II*. (pp. 2017-2033). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2007c). Tres ensayos para una teoría sexual. In *Obra Completa 3 volúmenes. Tomo II*. (pp. 1172-1237). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1905).
- Gagnebin, J. M. (2014). *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34. (Trabalho original publicado em 2006).
- Gontijo, D. T., & Medeiros, M. (2009). Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. *Ciência Saúde Coletiva*, 14(2), 467-75.
- Guerra, A. M. C.; Bispo, F. S. & Souza, M. F. G. (2016). Violência, lei e norma: ilhas de simbólico no vasto oceano do Real. In: Moreira, J. O.; Kyrillos Neto, F. & Rosário, A. B. (Orgs.) *Violência(S): Diálogos com a psicanálise*. Curitiba: CRV.
- Guerra, A. M. C.; Soares, C.A.N.; Pinheiro, M.C.M.; e Lima, N. L. (2012). Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, 247-263.

- Lacan, J. (2007). Intervención sobre la transferencia. In Lacan, J. (2007). *Escritos I* (pp. 209-220). Buenos Aires: Siglo XXI. (Trabalho original apresentado em 1951).
- Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (2010). *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA). Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social.
- Lei n. 11.800, de 28 de maio de 2002. (2009). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- Lei n. 13.122, de 9 de janeiro de 2009. (2009). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- Lei 12.594/12, de 18 de janeiro de 2012. (2012). *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Recuperado em 2 de fevereiro de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm.
- Lei estadual n. 14.228, de 15 de abril de 2013. (2013). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- Marques, M. O. (2006). *Escrever é Preciso: o princípio da pesquisa*. Ijuí: Editora Unijuí. (Trabalho original publicado em 1997).
- Mezan, R. (1998). *Escrever a clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Trabalho original publicado em 1950).
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. Recuperado em 15 de fevereiro de 2016, de file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/PNAS%202004%20e%20NOBSUAS_08.08.2011.pdf.
- Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., & Souza, J. M. P. (Orgs.). (2013). *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente*. Curitiba: CRV.
- Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., & Souza, J. M. P. (Orgs.). (2014). *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando com a semiliberdade e a internação*. Curitiba: CRV.
- Moreira, J. O., Kyrillos Neto, F. & Rosário, A. B. (Orgs.) *Violência(S): Diálogos com a psicanálise*. Curitiba: CRV.
- Organização das Nações Unidas. (1985). *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude Regra de Beijing. Resolução 40/33 da Assembleia Geral da ONU, em 29 de novembro de 1985*. Recuperado em 29 de novembro de 2015, de <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Regras-M%C3%ADnimas-das->

Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Administra%C3%A7%C3%A3o-daJusti%C3%A7a-da-Inf%C3%A2ncia-e-da-Juventude-Regra-de-Beijing.pdf.

Poli, M. C. (2005). *Clínica da exclusão: a construção do fantasma e o sujeito adolescente*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Poli, M. C. & Rickes, S. M. (2011). Qual o lastro da autoridade? In Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.) *Autoridade e Violência*. Porto Alegre: APPOA.

Rassial, J. J. (1997). *A passagem adolescente*. Porto Alegre: Artes & Ofícios.

Rassial, J. J. (1999). *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Ribeiro, M.D.A. (2014). Da escrita virtual ao laço social: narrativas de um jovem das ruas. In *Correio da APPOA n. 238*. Porto Alegre: APPOA. Recuperado em 2 de fevereiro de 2016, de http://www.appoa.com.br/correio/edicao/238/da_escrita_virtual_ao_laco_social_narrativas_de_um_jovem_das_ruas/129.

Rodolfo, R. (2004). *Desenhos fora do papel*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Rodolfo, R. (2008). *Futuro porvenir: ensayos sobre la actitud psicoanalítica en la clínica de la niñez y adolescencia*. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico.

Rodolfo, R. (2012). *Padres e hijos: En tiempos de la retirada de las oposiciones*. Grupo Planeta Spain.

Romanzini, G. D. & Carvalho, J. D. (2013). Psicologia: entre correrias, adolescentes e políticas da assistência social. In Cruz, L. R.; Rodrigues, L. e Guareschi, N. (Orgs.) *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura: Revista de Psicanálise* 2.2, pp. 42-46.

Rosa, M. D., Martins, A. S., Braga, A. P. M. & Tatit, I. (2013). Clínica e política interrogadas pelo ato infracional: a construção do caso. In: Moreira, Guerra & Souza (Orgs.). *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente*. (pp. 75-92). Curitiba: Editora CRV.

Rosa, M. D. & Vicentin, M. C. (2012). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. In Gurski, R., Rosa, M. D. & Poli, M. C. (Orgs.). *Debates sobre a adolescência contemporânea e o laço social*. Curitiba: Juruá.

- Rosa, N. C. D. Jr. (2006). *Adolescência e violência: direção do tratamento psicanalítico com adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Rosa, N. C. D. Jr. (2013). *Perversão e filiação: o desejo do analista em questão*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Santos, D. R. et al. (2011-2016). *Dicionário de Sinônimos Online*. Recuperado em 30 de janeiro de 2016, de <<http://www.sinonimos.com.br/>>.
- Silva, A. K. & Hüning, S. M. (2013). O Plano Individual de Atendimento como um analisador de políticas públicas no sistema socioeducativo. In: Cruz, L. R.; Rodrigues, L. e Guareschi, N. (Orgs.) *Interlocações entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Silva, T.L. (2014). *Feminilidade, parceria amorosa e a entrada das adolescentes no tráfico de drogas: uma contribuição da psicanálise*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Sousa, E. D. (2007). *Uma invenção da utopia*. São Paulo: Lumme.
- Souza, J. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Thiele, A., Jr. (2015). *O Pão dos Pobres de Santo Antônio – Uma história de 120 anos de existência*. Porto Alegre: Pão dos Pobres.
- Torossian, S. D. (2001). *A construção das toxicomanias na adolescência: travessias e ancoragens*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Torossian, S. D. (2008). Transferência e angústia na clínica das toxicomanias. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, v. 34, pp. 140-148.
- Torossian, S. D. (2013). Nós, medidas, proibições, aberturas e encontros num caso de juventude em ato infracional. *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente* (pp. 183-193). Curitiba: Editora CRV.
- Waiselfisz, J. J. (2014). Mapa da violência. In: *Mapa da Violência*. Recuperado em 15 de fevereiro de 2016, de <http://www.mapadaviolencia.org.br>.